



# A Magistratura e o Cenário Urbano Carioca

Personalidades homenageadas na  
denominação de logradouros públicos



2016



# **A Magistratura e o Cenário Urbano Carioca**

**Personalidades homenageadas na  
denominação de logradouros públicos**

**2016**

# **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho**

*[Presidente]*

## **Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento**

**Mauro Ventura**

*[Diretor-Geral]*

## **Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**Marco Antônio Vianna Moreira Sampaio**

*[Diretor]*

### PESQUISA TEXTUAL E ICONOGRÁFICA

#### **Serviço de Pesquisas Históricas**

Fábio dos Santos Teixeira

*[Chefe de Serviço]*

Alexandra Lúcia Porto Daibert

Fernanda Coutinho Monteiro

#### **Serviço de Acervo Museológico e Iconográfico**

Edson Luiz da Silva

*[Chefe de Serviço]*

Marlize Barros de Souza

#### **Serviço de Acervo Textual e Audiovisual**

Valéria Pereira Chagas

### COLABORADORAS

Maria Lúcia de Almeida Ferreira

Sandra Regina Pimentel Gonçalves Villar

### FOTOGRAFIA DOS LOGRADOUROS

Thiago Campos

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

#### **Serviço de Comunicação, Vídeo e Identidade Visual**

Flavio Porto

*[Chefe de Serviço]*

### PROJETO GRÁFICO

Thais Gallart

### EDIÇÃO DE IMAGEM

Fábio de Souza

Thais Gallart

# Sumário

## 5 Apresentação

### Logradouros

6	Abaeté, Rua Visconde de	62	Izidro, Rua Desembargador		
10	Adelmar Tavares, Rua	66	João Claudino de Oliveira e Cruz, Rua Desembargador		
12	Afrânio Costa, Avenida Ministro	68	José Linhares, Rua		
14	Agenor Rabelo, Rua	70	José Pellini, Rua Desembargador		
16	Alfredo Russel, Rua Desembargador	72	Josino, Rua Conselheiro		
20	André Cavalcanti, Rua	74	Lafayette Andrada, Rua Ministro		
24	Anfilóbio de Carvalho, Rua	76	Lavradio, Rua do	116	Sady de Gusmão, Rua Desembargador
26	Aniceto Correia, Rua Desembargador	78	Lucena, Rua Barão de	120	São Vicente, Rua Marquês de
28	Armando de Alencar, Rua Ministro	80	Luís de Vasconcelos, Avenida	122	Sapucaí, Rua Marquês de
30	Ataulfo de Paiva, Avenida	84	Macedo Soares, Rua Conselheiro	126	Saul de Gusmão, Rua Desembargador
32	Burle, Rua Desembargador	86	Maranguape, Rua Visconde de	128	Sepetiba, Rua Visconde de
36	Carlos Luiz Bandeira Stampa, Rua	88	Melo Matos, Avenida	130	Sertório, Rua Barão de
38	Clóvis Paulo da Rocha, Rua	90	Mosqueira, Travessa do	134	Silva Castro, Rua
40	Edmundo Rego, Praça	92	Muritiba, Rua Marquês de	136	Silveira Martins, Rua
42	Elmano Cruz, Rua Desembargador	94	Oscar Tenório, Rua Desembargador	138	Sílvio Romero, Rua
44	Estácio Benevides, Praça Desembargador	96	Paraná, Rua Marquês de	140	Uberaba, Rua Visconde de
46	Eurico Cruz, Rua	100	Paulo Alonso, Rua Desembargador	142	Viriato, Rua Desembargador
50	Euzébio, Rua Senador	102	Perez Lima, Rua Desembargador		
52	Fernandes Pinheiro, Rua Desembargador	104	Raimundo Correia, Rua		
54	Frederico Sussekind, Rua Desembargador	106	Renato Tavares, Rua Desembargador		
56	Geraldo Irineo Joffily, Rua	110	Resende, Rua do		
58	Gomes Freire, Avenida	112	Ribeiro de Almeida, Rua		
60	Homero Soares Pinho, Rua Desembargador	114	Roberto Medeiros, Rua Desembargador		



## Apresentação

O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro reafirma o seu compromisso institucional de promover e apoiar o resgate, a preservação e a divulgação da memória do Judiciário fluminense, com o lançamento da publicação *A magistratura e o cenário urbano carioca: personalidades homenageadas na denominação de logradouros públicos*.

Desenvolvida pelo Serviço de Pesquisas Históricas do Museu da Justiça, a obra apresenta resenhas biográficas, acompanhadas de fotografias e reproduções artísticas de magistrados que atuaram, em diferentes momentos históricos, no território correspondente ao atual Estado do Rio de Janeiro, homenageados com a escolha de seus nomes para designar avenidas, ruas, travessas e praças cariocas, assim como especifica os atos normativos e as eventuais denominações anteriores.

A ideia de criar essa publicação muito se deve à preocupação com o fato de a população comumente desconhecer informações básicas da vida dos magistrados, cujos nomes foram atribuídos a logradouros públicos na cidade do Rio de Janeiro. Assim, personalidades do mundo jurídico, que mereceram do poder público e da sociedade civil, o reconhecimento pelos serviços prestados à coletividade, acabam imerecidamente relegadas ao esquecimento nos dias atuais.

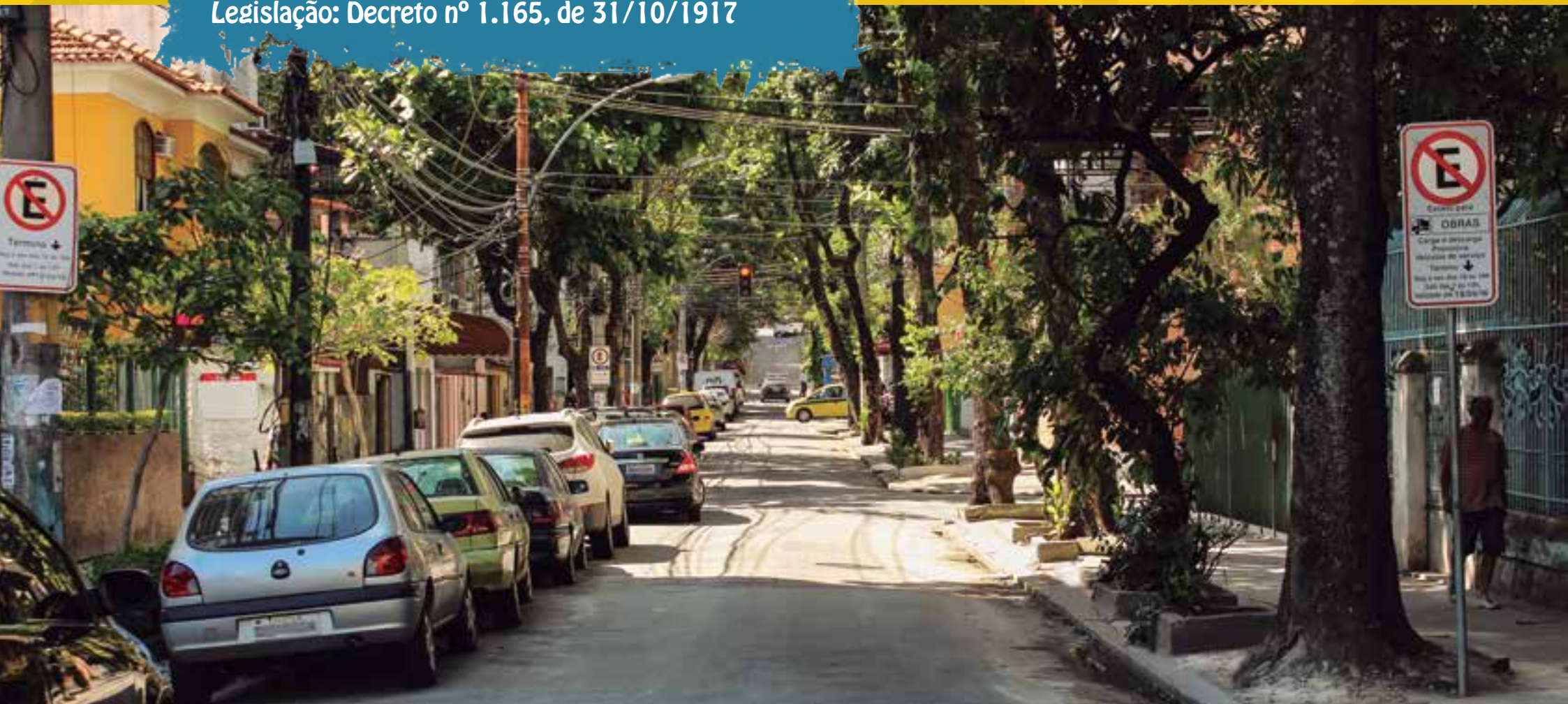
A obra se propõe então a reconstituir a trajetória de vida pública dos homenageados, cujos nomes fazem parte do cenário urbano carioca, servindo de fonte de consulta para todos os que se interessam pela história desta cidade e sua gente.





# Abaeté, Rua Visconde de

Bairro: Vila Isabel  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917





**Antônio Paulino Limpo de Abreu**, o visconde de Abaeté, nasceu no dia 22 de setembro de 1798, em Lisboa, filho de Manuel do Espírito Santo Limpo e Maria da Maternidade de Abreu e Oliveira.

Cursou a Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, formando-se em 1820. Ingressou na magistratura ao ser nomeado juiz de fora de São João Del Rei, em 22 de janeiro de 1821, vindo a ocupar o cargo de ouvidor de Paracatu, em 24 de setembro de 1823.

Ascendeu ao cargo de desembargador da Relação da Bahia em 12 de outubro de 1826, atuando posteriormente na Relação da Corte. Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 13 de maio de 1846, e se aposentou em 8 de março de 1848.

Dedicou-se também à atividade parlamentar, sendo eleito deputado da Assembleia Geral Legislativa, pela Província de Minas Gerais, nos seguintes períodos: 1826 a 1829, 1830 a 1833, 1834 a 1837, 1838 a 1841, 1845 a 1847. Foi ainda senador pela mesma província, de 1848 a 1883, e, de 3 de maio de 1861 a 15 de setembro de 1873, presidiu o Senado.

Presidiu a Província de Minas Gerais, de 5 de novembro de 1833 a 31 de maio de 1835, e foi ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça (1840-1841), dos Negócios dos Estrangeiros (1845, 1848 e 1853), dos Negócios da Marinha (1858), e presidente do Conselho de Ministros (1858).

Em função dos relevantes serviços prestados ao Império, acumulou várias honrarias. A saber: o título do Conselho (1840), a graça de gentil homem da Câmara (1840), o foro de fidalgo cavaleiro (1841), a de dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro (1845), o lugar de conselheiro de Estado ordinário (1848), a Grã-Cruz da Ordem de Cristo (1852) e o título de visconde de Abaeté com grandeza (1854).

Faleceu no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1883.

## Fontes Consultadas

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1844*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 83. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1844/00000002.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 82. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1845/000000087.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1845, p. 86. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1846/000000091.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

Câmara dos Deputados. *A história da Câmara dos Deputados. Presidentes das Câmaras dos Deputados – Império*. Antônio Paulino Limpo de Abreu. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/antonio\\_abreu1.html](http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/antonio_abreu1.html)>. Acesso em: 7 mar. 2015.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *O Visconde de Abaeté*. Coleção Brasileira – Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, vol. 143. Companhia Editora Nacional, 1939. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/o-visconde-de-abaete/preambulo/7/foto>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 27-28.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

Senado Federal. Portal Senadores. *Antônio Paulino Limpo de Abreu*. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1460&li=7&lca=1848-1849&lf=7](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1460&li=7&lca=1848-1849&lf=7)>. Acesso em: 7 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros – Supremo Tribunal de Justiça – Império. *Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté)*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=271>>. Acesso em: 7 mar. 2015.



Acervo do Supremo Tribunal Federal





# Adelmar Tavares, Rua

Bairro: Campo Grande

Legislação: Decreto “E” nº 275, de 28/12/1963

“Eleito ‘rei dos trovadores’ no Segundo Congresso Brasileiro de Trovadores e Violeiros, realizado em São Paulo, no ano de 1958, veio a ser proclamado ‘príncipe’ pela Academia Brasileira de Letras em 1960.”

**Adelmar Tavares da Silva Cavalcanti** nasceu na cidade de Recife, Província de Pernambuco, no dia 16 de fevereiro de 1888, filho de Francisco Tavares da Silva Cavalcanti e Maria Cândida Tavares.

Bacharelou-se em 1909, vindo a integrar o Ministério Público do Distrito Federal, no cargo de curador de resíduos, com posse em 12 de abril de 1918.

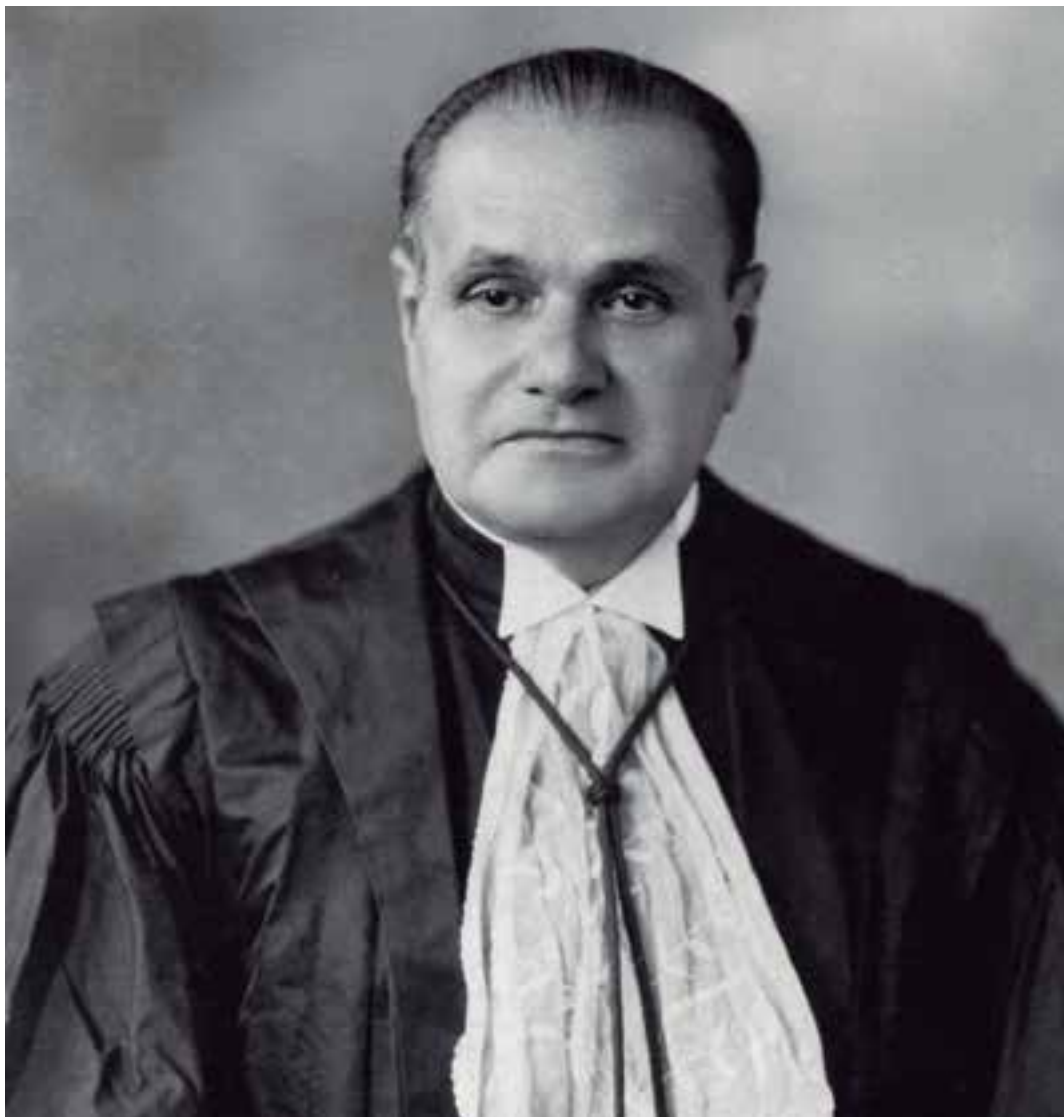
Ingressou na magistratura ao ser nomeado desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal por decreto de 2 de maio de 1940, tomando posse no dia 15 do mesmo mês e ano.

No Tribunal de Justiça do Distrito Federal, nova denominação dada ao Tribunal de Apelação pela Constituição Federal de 1946, foi eleito, em sessão do Tribunal Pleno de 27 de dezembro de 1948, presidente para o biênio 1949-1950. Aposentou-se em 10 de outubro de 1955.

Destacou-se também no mundo literário. Sua produção bibliográfica abrange várias obras, tais como *Descantes*; *Trovas e trovadores*; *Luz dos meus olhos*, *Myriam*; *A poesia das violas*; *Noite cheia de estrelas*; *A linda mentira*; *Trovas*; *O caminho enlucado*; *A luz do altar*; *Poesias escolhidas*; e *Poesias completas*.

Eleito “rei dos trovadores” no Segundo Congresso Brasileiro de Trovadores e Violeiros, realizado em São Paulo no ano de 1958, veio a ser proclamado “príncipe” pela Academia Brasileira de Letras em 1960.

Faleceu no dia 20 de junho de 1963, na cidade do Rio de Janeiro.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, p. 132.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=15&sid=156>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello (junho de 1920)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. P. 35. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1912/000102.html>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Registro de Posse de Desembargadores*: 1891-1974. Fl. 87. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Assentamentos funcionais de magistrados*: 1926-1946. Ficha nº 15. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Assentamento funcional do magistrado Ademar Tavares da Silva Cavalcanti*. Cópia impressa. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 7 mar. 2015.



# Afrânio Costa, Avenida Ministro

Bairro: Barra da Tijuca  
Legislação: Decreto nº 2.440, de 21/12/1979

**Afrânio Antônio da Costa** nasceu na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, no dia 14 de março de 1892, filho de Mário Antônio da Costa e Maria Izabel de Figueiredo Costa.

Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1912.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal mediante nomeação para o cargo de juiz de direito da 8ª Vara Criminal do Distrito Federal, por decreto de 7 de julho de 1931, tomando posse no dia 11 desse mesmo mês e ano. Foi removido, a pedido, para a 2ª Vara Cível, em 31 de agosto de 1936.

Por decreto de 7 de março de 1940, foi promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Galdino de Siqueira. Tomou posse e entrou em exercício no dia 14 daquele mesmo mês e ano.

Com o fim do Estado Novo em 1945, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Nomeado para exercer o cargo de juiz do Tribunal Federal de Recursos em 9 de junho de 1947, foi empossado e entrou em exercício no dia 23 do mesmo mês e ano. Nesse tribunal, foi presidente em duas ocasiões: de 23 de junho de 1947 a 30 de junho de 1949, e de 2 de abril de 1959 a 2 de abril de 1961.

Em 15 de julho de 1952, foi eleito membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral.

Aposentou-se em 13 de março de 1962, como ministro do Tribunal Federal de Recursos, falecendo em 27 de junho de 1979.



Acervo do Supremo Tribunal Federal

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas: capital*. Rio de Janeiro, 2008, p. 156.


DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924-1949*. Fls. 72, 76, 82, 86, 90, 93, 97, 101, 107 e 113. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 122.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

Superior Tribunal de Justiça. *Coletânea de julgados e momentos jurídicos dos magistrados no TRJ e STJ: Ministro Afrânio Costa: centenário do nascimento*. Biblioteca Digital Jurídica (BDJur). Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/coleanea/article/viewArticle/2784>>. Acesso em: 3 mar. 2015.



## Agenor Rabelo, Rua

**Bairro: Recreio dos Bandeirantes**  
**Legislação: Decreto nº 3.331, de 30/11/1981**

**Agenor Ferreira Rabello** nasceu na cidade de Natividade, Estado do Rio de Janeiro, no dia 21 de dezembro de 1894, filho de Antônio Ferreira Rabello e Maria Altina de Lanes Rabello.

Em 15 de fevereiro de 1921, foi nomeado promotor de Justiça da comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro. Alguns anos depois, passou a se dedicar à carreira política, sendo eleito deputado federal, em 14 de outubro de 1934, pela referida unidade federativa.

Ingressou na magistratura no cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro, pelo quinto constitucional, em 27 de dezembro de 1937.

Presidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nova denominação dada pela Constituição Federal de 1946 ao Tribunal de Apelação, de 18 de janeiro de 1948 a 19 de janeiro de 1949.

Aposentou-se em 13 de junho de 1958, vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1981.





Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, p. 187

*Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Agenor Ferreira Rabelo* (verbo). Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaImagensPrincipal.asp>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *A Justiça em Niterói: juízes e tribunais, 1819-1975*. Teresópolis: Zem Gráfica e Editora Ltda, 1995, p. 44.



## Alfredo Russel, Rua Desembargador

Denominação anterior: Rua Amíris

Bairro: Leblon

Legislação: Decreto nº 10.217, de 15/03/1950



**Alfredo de Almeida Russell** nasceu em 3 de agosto de 1875, na cidade do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Pedro II e bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade Livre de Direito da Capital Federal, em 1894.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 16 de junho de 1900, mediante nomeação para o cargo de juiz da 5ª Pretoria, cargo ao qual foi reconduzido oito anos depois. Designado para servir na 3ª Pretoria Cível, por decreto de 24 de janeiro de 1912, ali permaneceu até ser nomeado juiz de direito da 6ª Vara Criminal, em 15 de abril do referido ano. Foi então removido para a 4ª Vara Criminal, em 31 de maio de 1912, e, depois, para a 1ª Vara Cível, em 16 de outubro do mesmo ano. Por fim, ocorreu sua remoção para a 1ª Vara de Órfãos e Ausentes, por decreto de 23 de junho de 1919.

Ascendeu ao cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal por decreto de 28 de janeiro de 1924, entrando em exercício no dia 7 de fevereiro do referido ano.

Em 27 de novembro de 1937, foi eleito 2º vice-presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, nova denominação dada à Corte de Apelação pela Constituição Federal de 1937, para substituir o desembargador Elviro Carrilho da Fonseca e Silva, que se aposentou. E, no final de 1938, foi eleito 1º vice-presidente do referido tribunal para o biênio 1939-1940.

Foi ainda professor catedrático de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e presidente do Patronato de Menores, instituição dedicada ao amparo e proteção à infância necessitada, aos menores infratores e à orfandade, com sede no Distrito Federal.

Na Comissão Legislativa, instituída pelo Decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930, “sob a presidência de honra do ministro de Estado da Justiça, para elaborar os projetos de revisão ou reforma da legislação civil, comercial, penal, processual da Justiça Federal e do Distrito Federal, de organização judiciária do Distrito Federal, e de outras matérias indicadas pelo mesmo ministro”, foi nomeado integrante da Subcomissão encarregada do Código Comercial, nos termos do Decreto nº 21.894, de 30 de setembro de 1932.

Dedicou-se também à História e às Letras Jurídicas. De sua autoria são as seguintes obras: *Os jesuítas: papel que lhes coube no devassamento do território nacional*; *Sociedades Anônimas*; e *Curso de Direito Comercial Brasileiro*, em cinco volumes.

Faleceu em 22 de abril de 1939, na cidade de Petrópolis.

## Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, pp. 66, 67, 80 e 251.

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense e suas marcas*: capital. Rio de Janeiro, 2008, pp. 121, 122, 155, 199 e 200.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro*: do Leme à Gávea: V e VI Regiões Administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 37.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Antônio Gonçalves Ferreira, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em abril de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. P. 173. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1883/000179.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Augusto Tavares de Lyra, em março de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. P. 35. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1905/000069.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 28. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1908/000066.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 26. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1909/000032.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, em julho de 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p. 34. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1911/000064.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, em junho de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p. 16. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1912/000083.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, em junho de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 26. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2324/000042.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

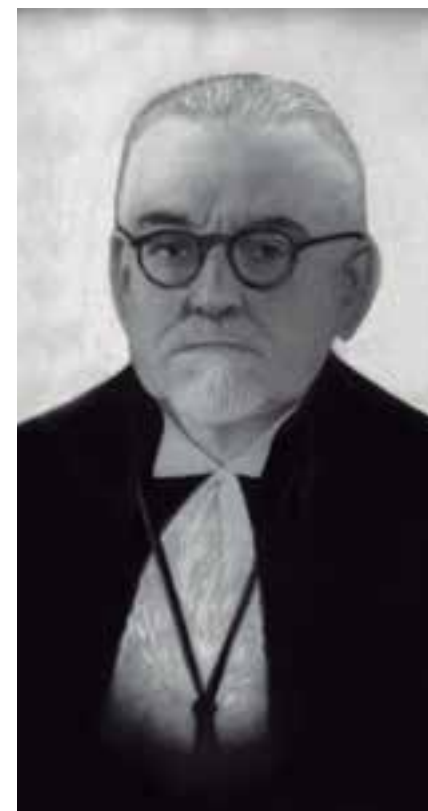
BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Affonso Penna Júnior, em 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 42. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2326/000047.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Augusto de Vianna do Castello, em 1928*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 30. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1915/000035.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924-1949*. Fl. 1. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de atas da Corte de Apelação*. Fls. 168-169 e 266-267. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <[http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac/anexos/bens\\_leblon/13\\_desembargador\\_alfredo\\_rus sel/01\\_alfredo\\_russel.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac/anexos/bens_leblon/13_desembargador_alfredo_rus sel/01_alfredo_russel.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça





## André Cavalcanti, Rua

Denominação anterior: Rua Silva Manuel

Bairro: Centro

Legislação: Decreto nº 1.860, de 13/01/1923



**André Cavalcanti de Albuquerque** nasceu no dia 18 de fevereiro de 1834, em Pesqueira, Província de Pernambuco, filho de José de Siqueira Cavalcanti e Maria da Penha Cavalcanti.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1859.

Sua trajetória profissional principiou em 1860, quando assumiu o cargo de promotor público em Recife. O ingresso na magistratura ocorreu por decreto de 8 de junho de 1878, que o nomeou juiz de direito da comarca de Bom Jardim, na Província de Pernambuco, com primeiro exercício no dia 12 de julho do mesmo ano. Em 16 de julho de 1881, foi nomeado juiz de direito da comarca de Pedras de Fogo, na Província da Paraíba.

Com o advento da República, continuou carreira na magistratura mediante nomeação para o cargo de juiz dos Feitos da Fazenda do Distrito Federal, por decreto de 29 de janeiro de 1891.

Tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto de 7 de junho de 1897, onde foi vice-presidente e, posteriormente, presidente, eleito em 1924.

Entre as condecorações que recebeu, estão a do Santo Sepulcro, a da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, e a da Bélgica.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de fevereiro de 1927.

## Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas marcas*: capital. Rio de Janeiro, 2008, p. 181.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: I e II* Regiões Administrativas (Centro). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974, p. 15

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima sétima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880, pp. A-A-26 e A-A-37. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1873/000165.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima oitava legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882, pp. 108,109, A-A-26 e A-A-43. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1874/000114.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima oitava legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Conselheiro João Ferreira de Moura*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. A-A1-22. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1876/000273.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima nona legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Conselheiro Affonso Augusto Moreira Penna*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. A-A-42. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1878/000274.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo desembargador Antônio Luiz Affonso de Carvalho, ministro de Estado dos Negócios da Justiça, em junho de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1891, p. 20. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1898/000023.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Amaro Cavalcanti, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em abril de 1898*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, pp. 176-177. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1884/000180.html>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *André Cavalcanti d'Albuquerque*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=204>>. Acesso em: 4 mar. 2015.



Acervo do Supremo Tribunal Federal







# Anfilópio de Carvalho, Rua

**Bairro: Centro**  
**Legislação: Decreto nº 641, de 24/10/1961**

**Anfilópio Botelho Freire de Carvalho** nasceu em 16 de julho de 1850, na Província da Bahia, filho de Panfilo Manuel Freire de Carvalho e Josefa Botelho Freire de Carvalho.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1869.

Principiou sua carreira na magistratura por decreto de 24 de março de 1871, que o nomeou para o cargo de juiz municipal do termo de Feira de Santana, na Província da Bahia, entrando em exercício no dia 19 de maio do mesmo ano. Tornou-se juiz de direito por decreto de 29 de maio de 1875, que determinou sua nomeação para a comarca de Xique-Xique, na mesma província. Seguiram-se então várias remoções: em 20 de outubro de 1877, para a comarca de Monte Santo, na Província da Bahia; em 18 de outubro de 1879, para a comarca de Areias, na Província de São Paulo; em 28 de agosto de 1882, para a comarca de São João da Barra, na Província do Rio de Janeiro; em 13

de fevereiro de 1886, para a 3ª Vara Cível da Capital, na Província da Bahia; e, finalmente, em 10 de maio de 1887, para a Vara Comercial da mesma capital.

Além do exercício da judicatura, ocupou a presidência da Província de Alagoas durante alguns meses, entre 1885 e 1886; posteriormente foi eleito deputado à Assembleia Constituinte instalada em 15 de novembro de 1890, que promulgou a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 24 de fevereiro de 1891.

Por decreto de 1º de fevereiro de 1892, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, onde se aposentou em 3 de abril de 1895.

Faleceu no dia 15 de novembro de 1903, na cidade do Rio de Janeiro.



Acervo do Supremo Tribunal Federal

#### Fontes Consultadas

Baleiro, Aliomar. *Constituições Brasileiras*: 1891. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, p. 30.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro*: I e II Regiões Administrativas (Centro). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974, p.17.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Decreto nº 78-B, de 21 de dezembro de 1889.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1873, p. A-116. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1866/000151.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da décima quinta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875, p. A-52. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1868/000143.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima sexta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1877, p. A-94. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1869/000142.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima sexta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1877, p. A-217. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1870/000219.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima sétima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado de Negócios da Justiça, conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1878, p. A3-22.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima sétima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880, p. 70. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1873/000075.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima oitava legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro João Ferreira de Souza*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 91. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1876/000097.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da vigésima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 70. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1879/000075.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da vigésima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Antônio Ferreira Vianna*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. 93. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1881/000098.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Amphilophio Botelho Freire de Carvalho*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&cid=159>>. Acesso em: 5 mar. 2015.



# Aniceto Correia, Rua Desembargador

Bairro: Cacuia

Legislação: Decreto nº 3.625, 16/10/1957

**Aniceto de Medeiros Correia** nasceu na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1883, filho de Manuel José de Medeiros Correia e Josefa Guedes Medeiros Correia.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1905, iniciando sua trajetória na vida pública como promotor de Justiça, com atuação nas comarcas de Silva Jardim e Resende.

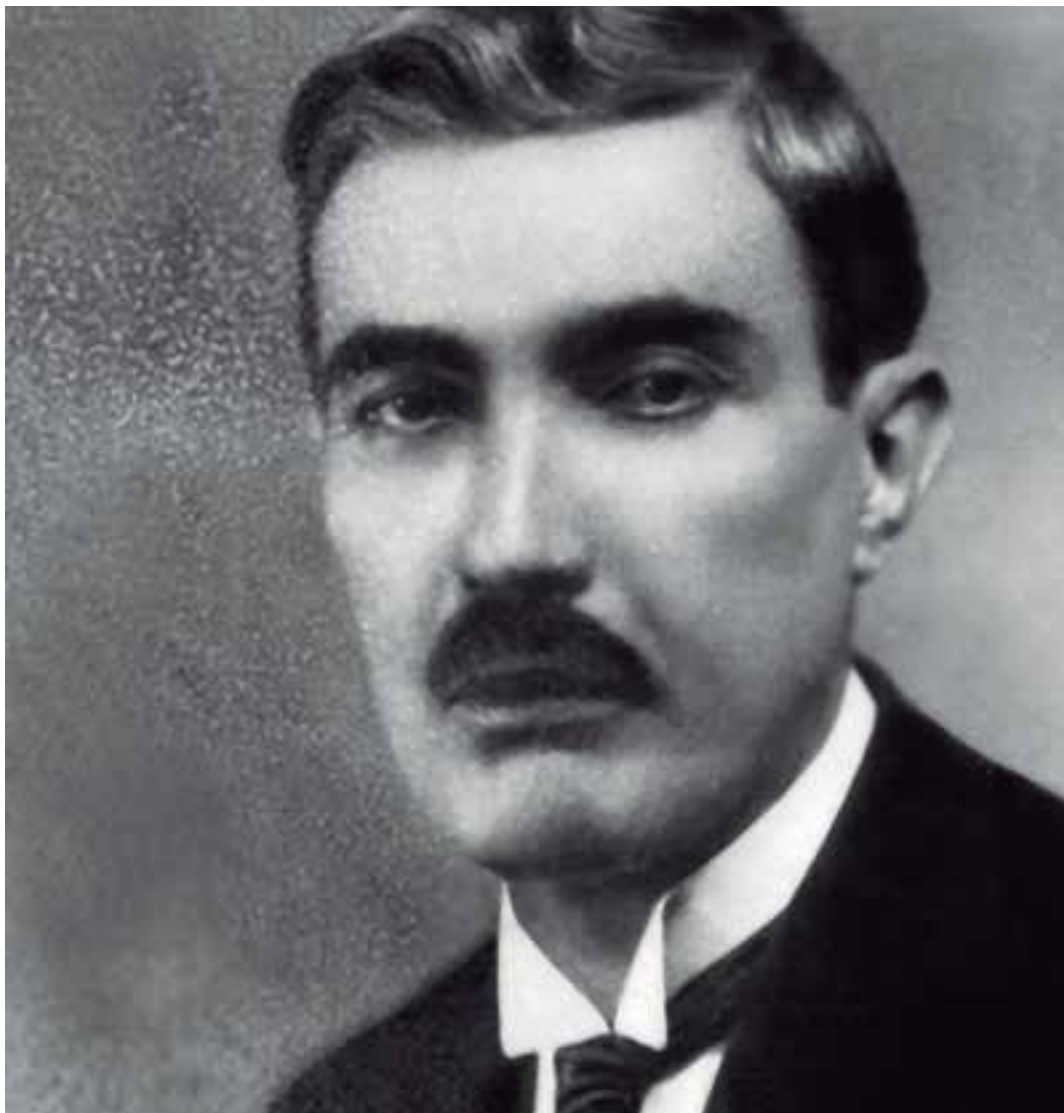
Ingressou na magistratura do antigo Estado do Rio de Janeiro em 2 de julho de 1909, no cargo de juiz municipal, atuando nas comarcas de Maricá, Rio das Flores, Valença, Piraí e Niterói.

Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro em 21 de maio de 1930, vindo a exercer, em 1935, a presidência da Corte de Apelação, denominação que passara a ter o tribunal de acordo com o estabelecido na Constituição Federal de 1934.

Aposentou-se em 5 de outubro de 1953.

Destacou-se também no mundo literário como poeta e jornalista. Colaborou na revista *A Cruzada*, de Izidro Nunes, no jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, e na *Revista de Direito* dirigida na época pelo Ministro Edgard Costa.

Faleceu no dia 15 de novembro de 1956.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, p. 171.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa na 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 1 de agosto de 1914, pelo presidente do Estado, Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho*. Rio de Janeiro: Typographia do “Jornal do Commercio”, de Rodriguez e C., 1914, p. 28. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u883/000027.html>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). [Tribunal de Justiça]. *Catálogo de desembargadores da Justiça do Estado do Rio de Janeiro: 1751-1991*. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça. Serviço de Artes Gráficas, 1991.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

SILVA, Paulo Roberto Paranhos da. *A Justiça em Niterói*: juízes e tribunais, 1819 - 1975. Teresópolis: Zem, 1995, p. 41.

SOARES, Emmanuel de Macedo. *Desembargador Aniceto de Medeiros (Vital Brasil)*. O Fluminense. Pingo de Gente. Rio de Janeiro, 23 e 24 de maio de 1976, p. 5.



## Armando de Alencar, Rua Ministro

Bairro: Lagoa

Legislação: Decreto nº 14.491, de 22/07/1959

**Armando de Alencar** nasceu na cidade de Rio Pardo, Província do Rio Grande do Sul, no dia 28 de março de 1886, filho de Alexandrino Faria de Alencar e Amélia Santos de Alencar.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1910.

Antes de seu ingresso na magistratura, foi fiscal do Governo Federal junto à Carteira de Crédito Real do Banco da Província do Rio Grande do Sul, em 1910, auditor de Marinha, em 1914, e auditor de Guerra no ano seguinte.

Em 1926, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, tendo seu primeiro exercício em 13 de dezembro do referido ano.

Tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 16 de novembro de 1937, tomando posse no dia 22 do mesmo mês e ano.

Aposentou-se em 6 de maio de 1941, vindo a falecer, em 10 de abril de 1953.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: do Leme à Gávea: V e VI Regiões Administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 83.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fl. 34. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Armando de Alencar*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&cid=210>>. Acesso em: 6 mar. 2015.



# Ataulfo de Paiva, Avenida

Bairro: Leblon  
Legislação: Decreto 1.380, de 25/07/1919

“Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal, em sua administração foi inaugurado, no dia 6 de novembro de 1926, o Palácio da Justiça, na cidade do Rio de Janeiro.”

**Ataulfo Nápoles de Paiva** nasceu em São João Marcos, na Província do Rio de Janeiro, no dia 1º de fevereiro de 1865, filho de Joaquim Pinto de Paiva e Feliciano Rosa do Vale Paiva.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1887.

Iniciou a sua carreira na magistratura quando foi nomeado juiz municipal da comarca de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo. Em 26 de novembro de 1890, ingressou na Justiça do Distrito Federal mediante nomeação para o cargo de 13º Pretor. Ocupou ainda o cargo de juiz do Tribunal Civil e Criminal em 12 de maio de 1897.

Por decreto de 26 de janeiro de 1905, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, entrando em exercício no dia 30 do mesmo mês e ano. Exerceu a presidência do referido tribunal em 1912 e no biênio 1925-1926. Em sua administração foi inaugurado o Palácio da Justiça do Distrito Federal, localizado na Rua Dom Manuel nº 29, Centro, Rio de Janeiro, no dia 6 de novembro de 1926.

Ascendeu ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal em 5 de março de 1934, e se aposentou no dia 16 de dezembro de 1937.

Dedicou-se também a outras atividades, presidindo o Conselho Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional do Serviço Social, a Academia Brasileira de Letras, e a Liga Brasileira contra a Tuberculose, além de ocupar a Vice-Presidência do Congresso Internacional de Direito Comparado.

São de sua autoria as seguintes obras: *O Brasil no Congresso Internacional de Direito Comparado de Paris* (1900); *Justiça e assistência: os novos horizontes* (1916); *Discursos na Academia* (1944); *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro*; *Os loucos criminosos e os criminosos loucos* – discurso no centenário de Franklin Dória, barão de Loreto.

Faleceu em 8 de maio de 1955, na cidade do Rio de Janeiro.





Acervo do Supremo Tribunal Federal

#### Fontes Consultadas

ABREU, Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, p. 111.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=280&sid=255>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 98. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1888/000105.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. Registro de Posse de Desembargadores: 1891-1974. Fl. 37. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

PANTOJA, Sílvia. Ataulfo Nápoles de Paiva. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Ataulfo Nápoles de Paiva*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&cid=212>>. Acesso em: 7 mar. 2015.



# Burle, Rua Desembargador

Bairro: Humaitá

Legislação: Decreto nº 7.015, de 13/06/1941



**José Burle de Figueiredo** bacharelou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1909.

Em sua trajetória na Justiça do Distrito Federal, foi nomeado pretor da 7ª Pretoria Criminal, por decreto de 28 de maio de 1919, e juiz de direito da 3ª Vara Criminal, em 8 de fevereiro de 1927. Neste cargo, atuou na 5ª Vara Cível, a partir de 1931, e no Juízo de Menores, a partir de 1934.

Por decreto de 8 de junho de 1936, foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, entrando em exercício no dia 17 do mesmo mês e ano.

Como juiz de menores do Distrito Federal apoiou a criação do Laboratório de Biologia Infantil (LBI), que se constituía em um centro de estudos de crianças abandonadas e “delinquentes”, subordinado ao Juízo de Menores. A criação da LBI se baseou no artigo 131 do Código de Menores; e no artigo 3º da lei nº 65, de 13 de junho de 1936, que autorizava o juiz de menores a organizar os serviços auxiliares do juízo.

É de sua autoria a obra *A contravenção de vadiagem*.

Faleceu no dia 23 de dezembro de 1939.

## Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, p. 251.

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas: capital*. Rio de Janeiro, 2008, pp. 158, 195 e 198.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas de Botafogo: IV Região Administrativa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. p. 22

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, em junho de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p. 16. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1912/000083.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, em junho de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 28. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2324/000044.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Affonso Penna Junior, em 1926*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 58. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2326/000063.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Augusto de Vianna do Castello, em 1928*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 24. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1915/000029.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 - 1949*. Fls. 48, 62, 72, 76, 82, 86, 90 e 93. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O falecimento do desembargador Burle de Figueiredo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1939, p. 2.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Renato da. *“Abandonados e delinquentes”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)*. Rio de Janeiro: 2003. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6131>>. Acesso em: 7 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça





## Carlos Luiz Bandeira Stampa, Rua

Bairro: Itanhangá

Legislação: Decreto nº 5.153, de 18/06/1985 e Decreto nº 12.213, de 18/08/1993

**Carlos Luiz Bandeira Stampa** nasceu em 28 de junho de 1917, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Ernesto Stampa e Gulnar Bandeira Paranhos.

Iniciou a sua trajetória profissional no antigo Estado do Rio de Janeiro, quando foi nomeado, em 15 de dezembro de 1942, pretor do termo de Trajano de Moraes.

Por decreto de 29 de dezembro de 1947, ingressou na Justiça do Distrito Federal, ao ser nomeado para exercer o cargo de 12º juiz substituto. Foi promovido a juiz de direito em 12 de abril de 1952, vindo a atuar na 4ª Vara Criminal, na 1ª Vara de Acidentes do Trabalho e na 26ª Vara Criminal. Como titular deste juízo, presidia o 2º Tribunal do Júri quando ocorreu a instalação solene de sua nova sede, no dia 15 de agosto de 1956, na Rua Visconde Itaboraí nº 78, Centro, Rio de Janeiro, em edifício histórico que atualmente abriga a Casa França-Brasil.

Com a mudança da Capital da República para Brasília e a criação do Estado da Guanabara em 21 de abril de 1960, tornou-se membro do Judiciário desta unidade federativa, onde veio a integrar a primeira composição do Tribunal de Alçada criado pela Lei nº 489, de 8 de janeiro de 1964, presidindo-o até 1966.

Ascendendo ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, entrou em exercício no dia 5 de maio 1969 e permaneceu até a extinção desta corte pelo Decreto-Lei nº 3, de 15 de março de 1975, que também criou o Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro. Integrou assim a sua primeira composição, sendo eleito presidente, em 18 de dezembro de 1978, para o biênio 1979-1980.

Lecionou Direito Penal na Faculdade Cândido Mendes e Sistemas Penais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Presidiu o Simpósio Internacional de Sistema Penal, realizado em 1967, e dirigiu o Instituto de Pesquisa de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara.

Aposentou-se em 15 de julho de 1982, vindo a falecer no dia 14 de junho do ano seguinte, em sua cidade natal.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, pp. 214-215.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 29 de dezembro de 1947. Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 1947, Seção I, página 16327. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2663821/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-12-1947/pdfView>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*: 1924-1949. Fls. 135 e 139. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GUANABARA (Estado). *Lista de antiguidade dos desembargadores até 31 de dezembro de 1971*. Diário Oficial do Estado da Guanabara, de 18 de fevereiro de 1972, Parte III, Poder Judiciário, p. 1.

Inaugurado o 2º Tribunal do Júri na velha Alfândega. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1956, p. 1.

Instalado em sua sede o 2º Tribunal do Júri. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1956, p. 1.

JUNQUEIRA, Eduardo da Cunha. *Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro*: três décadas de história. Rio de Janeiro: CEDES, 1994, p. 94.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 1, de 15 de março de 1975. Prover cargos de desembargador efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/ca382ee09e6ab7f803256a11007e6769/13bd058b09b2618c03256aa4006a5175?OpenDocument>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Ata da sessão solene do Tribunal Pleno, de posse da nova administração do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 1º de março de 1979*. Livro de Atas do Tribunal Pleno nº 25, fl. 22.



## Clóvis Paulo da Rocha, Rua

Bairro: Senador Vasconcelos  
Legislação: Decreto nº 2.778, de 22/09/1980

**Clóvis Paulo da Rocha** nasceu em 24 de setembro de 1908, na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Paulo da Rocha e Delfina Augusta Ramos da Rocha.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal mediante nomeação, em 19 de novembro de 1940, para o cargo de juiz substituto, tomando posse em 13 de dezembro do referido ano. Em 17 de janeiro de 1946, foi nomeado juiz de direito, com posse no dia 23 do mesmo mês e ano, e exercício na 2ª Vara de Família. Em 1947, passou a exercer a judicatura na 8ª Vara Cível.

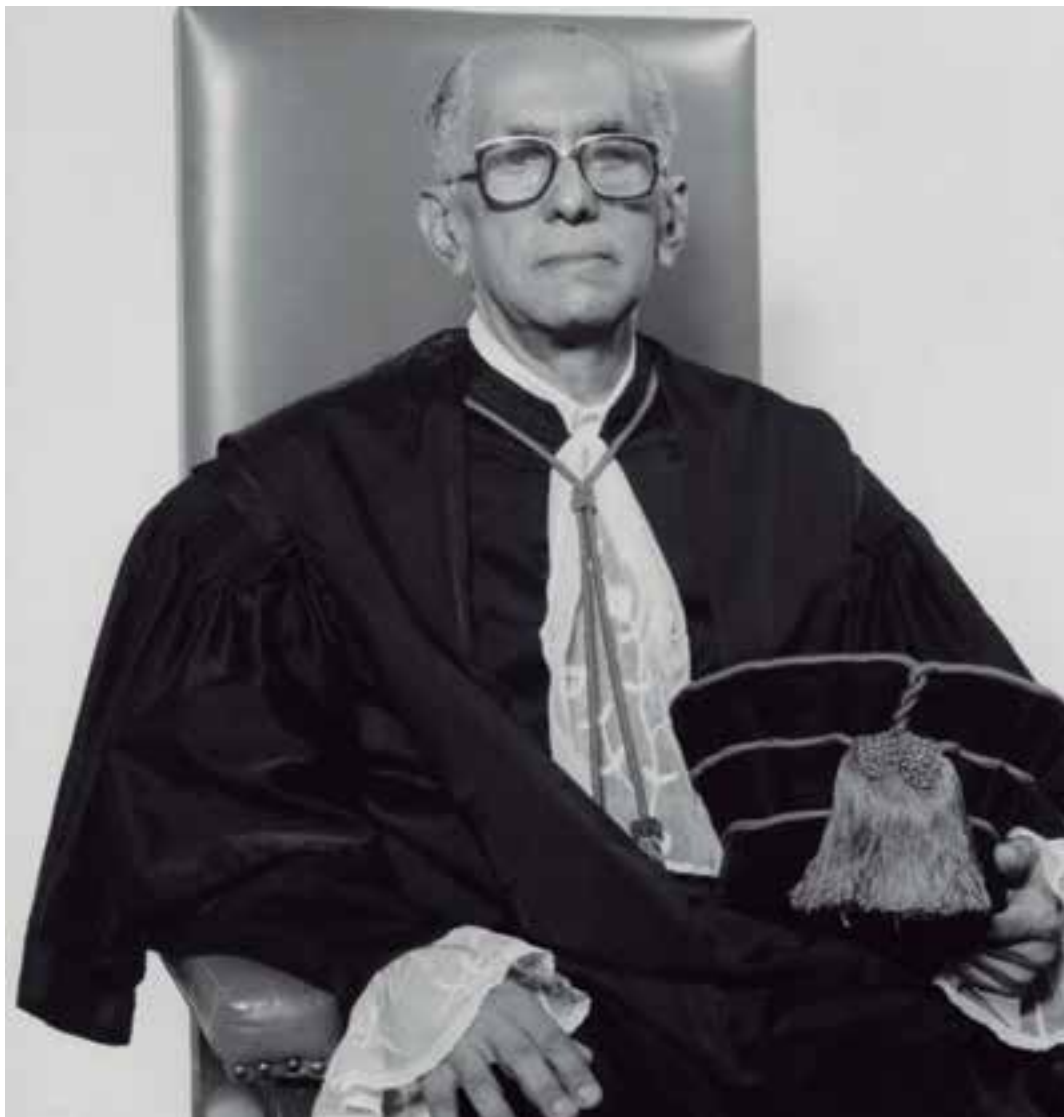
Foi procurador-geral da Justiça do Estado da Guanabara, de 15 de março de 1971 a 15 de dezembro de 1972.

O Decreto “P” nº 3.746, de 15 de dezembro de 1972, determinou sua nomeação para o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. Tomou posse e entrou em exercício no dia 27 do mesmo mês e ano, tendo permanecido até a extinção dessa corte pelo Decreto-Lei nº 3, de 15 de março de 1975, que também criou o Tribunal de Justiça do novo Estado do Rio de Janeiro. Posto em disponibilidade por este diploma legal, foi imediatamente provido no cargo de desembargador pelo Decreto nº 1, de 15 de março de 1975, passando a integrar a sua primeira composição.

Por decreto do governador do Estado do Rio de Janeiro, de 24 de fevereiro de 1978, foi aposentado, a pedido, na magistratura.

Ocupou o cargo de procurador-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de 27 de novembro de 1979 até sua morte, em 22 de julho de 1980.





Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 - 1949*. Fls. 117, 118, 124, 126, 128, 130, 132, 134 e 137. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público. *Procuradores-Gerais*. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/institucional/historia/procuradores-gerais>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Assentamento funcional do magistrado Clávis Paulo da Rocha*. Cópia digital. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



## Edmundo Rego, Praça

Bairro: Grajaú

Legislação: Decreto nº 2.365, de 14/05/1926

**Edmundo de Almeida Rego** nasceu em 1880, na cidade de Barra Mansa, na Província do Rio de Janeiro, filho de Frederico de Almeida Rego e Rosa de Almeida Rego.

Bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1901. Logo em seguida, principiou a vida profissional no antigo Estado do Rio de Janeiro, como promotor público na comarca de Cabo Frio, e, depois, como juiz municipal nos termos de Rio Claro e de Teresópolis.

Ingressou na magistratura do Distrito Federal por decreto de 23 de janeiro de 1905, que o nomeou pretor da 6ª Pretoria. Em 17 de novembro de 1908, foi nomeado juiz de direito da 4ª Vara Criminal, entrando em exercício no dia seguinte. Atuou ainda na 6ª Vara Cível e na 1ª Vara de Órfãos e Ausentes.

Ascendeu ao cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal por decreto de 3 de abril de 1915, entrando em exercício no dia 5 do mesmo mês e ano.

Prestou serviços à Comissão Especial do Senado Federal encarregada do estudo e revisão do Código Penal.

Faleceu em 2 de maio de 1926.

## Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, p. 251.

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas*: interior. Rio de Janeiro, 2009, pp. 527 e 645.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1905*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 98. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1888/000105.html>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 27. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1909/000033.html>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, organizado sob a gestão do respectivo ministro, Dr. Uladislau Herculano de Freitas, em 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 44. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2320/000048.html>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, em abril de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 28. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2322/000045.html>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

Desembargador Edmundo Rego: seu falecimento na Casa de Saúde São José. *A Manhã*, p. 2, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1926. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%201926&pesq=desembargador%20Edmundo%20Rego>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fl. 1. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 8 mar. 2015.



Arte sobre imagem do jornal “A Manhã”, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1926, p. 2



## Elmano Cruz, Rua Desembargador

Bairro: Barra da Tijuca

Legislação: Decreto nº 5.214, de 11/07/1985

**“Presidiu a sessão de instalação da Assembleia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro, em 15 de março de 1975, na condição de presidente do Tribunal Regional Eleitoral.”**

**Elmano Martins da Costa Cruz** nasceu em 30 de abril de 1910, na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, filho de Dilermando Martins da Costa Cruz e Maria Antonieta Lobato Cruz.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 12 de setembro de 1940, que determinou sua nomeação para o cargo de 1º juiz substituto, tomando posse e entrando em exercício dois dias depois. Exerceu o cargo até ser promovido, por merecimento, a juiz de direito da 10ª Vara Cível, em 16 de novembro de 1945, com posse e exercício no dia 27 do mesmo mês e ano. Mediante permuta com o magistrado Edgard Ribas Carneiro, foi transferido, a pedido, para a 1ª Vara da Fazenda Pública, em 29 de dezembro de 1945.

Promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, entrou em exercício no dia 29 de outubro de 1958. Com a mudança da Capital da República para Brasília, passou a integrar o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. Exerceu o cargo de corregedor-geral da Justiça no biênio 1967-1968.

Em janeiro de 1975, foi eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara. No mesmo ano, presidiu a sessão de instalação da Assembleia Constituinte do atual Estado do Rio de Janeiro.

Extintos os Tribunais de Justiça dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara pelo Decreto-Lei nº 3, de 15 de março de 1975, e criado o Tribunal de Justiça do atual Estado do Rio de Janeiro pelo mesmo diploma legal, deu-se a colocação em disponibilidade de Elmano Cruz, porquanto nem todos os desembargadores das antigas cortes foram aproveitados.

Presidiu a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em 1966 e no biênio 1974-1975.

Faleceu em janeiro de 1984.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, pp. 253-254.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI). Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/historia/elmano-cruz-1966-e-1974-1975/>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. *Associação Brasileira de Imprensa (ABI)* (verbete temático). Centro de Pesquisa e Documentação Histórica de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de assentamentos funcionais 1926 – 1946*. Ficha nº 69. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Termos de posse de corregedores: 1938 – 1973*. Fl. 10v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Elmano Cruz na presidência do TRE carioca. (Matéria digitalizada). *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1975, Matutina, O País, p. 2. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&pagina=3&ordenacaoData=relevancia&allwords=Elmano+Cruz+presidente+Tribunal&anyword=&noword=&exactword=>>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

GUANABARA (Estado). *Lista de antiguidade dos desembargadores até 31 de dezembro de 1971*. Diário Oficial do Estado da Guanabara, de 18 de fevereiro de 1972, Parte III, Poder Judiciário, p. 1.

Instalada a Constituinte do novo Estado do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 de março de 1975, Matutina, O País, p. 5. (Matéria digitalizada). Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&pagina=1&ordenacaoData=relevancia&allwords=Elmano+Cruz+presidente+Tribunal&anyword=&noword=&exactword=>>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa. *A reinauguração do Palácio*. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/cd/palacio/reinaugu.html>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 8 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



## Estácio Benevides, Praça Desembargador

Bairro: Itanhangá

Legislação: Decreto “E” nº 2.260, de 16/08/1968

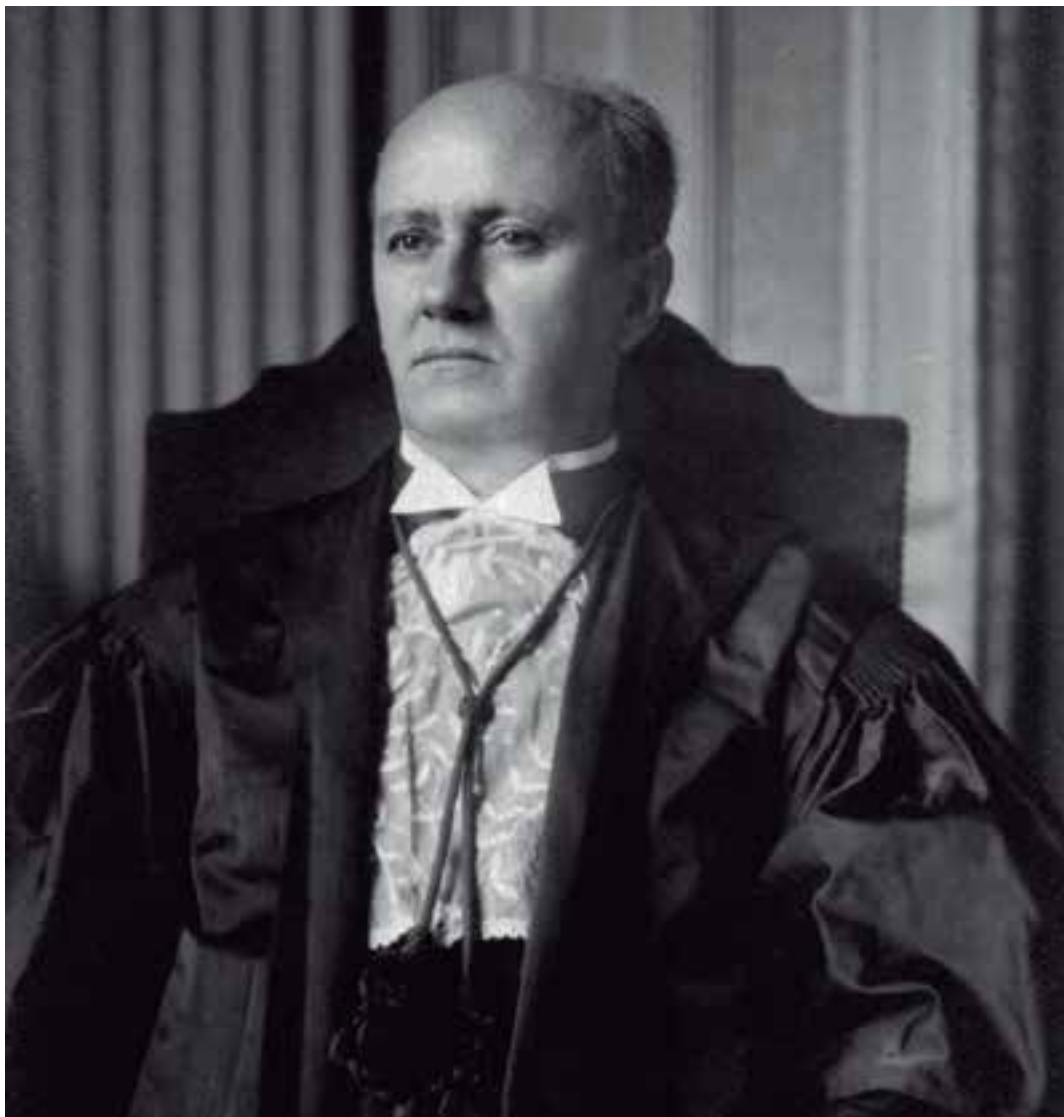
**Estácio Corrêa de Sá e Benevides** nasceu em 27 de março de 1899, na cidade do Rio de Janeiro, filho de José Corrêa de Sá e Aurora Corrêa de Sá.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 12 de agosto de 1931, que determinou sua nomeação para o cargo de juiz da 4ª Pretoria Criminal, tomando posse no dia 15 do mesmo mês e ano. Em 9 de fevereiro de 1933, foi transferido para a 4ª Pretoria Cível, onde permaneceu até ser promovido, por antiguidade, em 19 de dezembro de 1939, para o cargo de juiz de direito da 7ª Vara Criminal. Em 5 de março de 1940 foi transferido, a pedido, para a 7ª Vara Cível.

Por decreto de 20 de março de 1951, foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. E, em sessão especial do referido tribunal, foi eleito corregedor da Justiça para o biênio 1957-1958.

No Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, foi eleito membro efetivo em 10 de novembro de 1954.

Faleceu no dia 12 de maio de 1959.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*. 1924 – 1949. Fls. 72, 77, 82, 86, 91, 94, 102, 108, 114, 118, 122, 123, 125, 127, 130, 132, 134 e 137. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Termos de posse de corregedores*: 1938 – 1973. Fl. 8. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 72.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Assentamento funcional do magistrado Estácio Corrêa de Sá e Benevides*. Cópia digital. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 8 mar. 2015.



## **Eurico Cruz, Rua**

**Bairro: Jardim Botânico**

**Legislação: Decretos nº 2.773, de 13/03/1928 e nº 7.353, de 12/09/1942**



**Eurico Torres Cruz** nasceu em 14 de março de 1880, na Província do Rio de Janeiro, filho de Joaquim Antônio da Cruz e Francisca Braga Torres Cruz.

Estudou no Colégio Militar. Bacharelou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1902.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal, por decreto de 13 de junho de 1912, que determinou sua nomeação para o cargo de pretor da 1ª Pretoria Criminal, sendo empossado três dias depois. Em 29 de julho de 1914, foi removido para a 4ª Pretoria Cível, vindo a ser reconduzido ao referido cargo em 17 de maio de 1916.

Nomeado para o cargo de juiz de direito da 6ª Vara Criminal do Distrito Federal, em 6 de setembro de 1921, foi empossado no dia 10 do mesmo mês e ano. Passou então a presidir o Tribunal do Júri por ser titular do referido juízo, conforme previa a legislação da época. Em 10 de novembro de 1922, foi removido para a 2ª Vara Criminal.

Faleceu em 6 de fevereiro de 1927, na cidade do Rio de Janeiro.

## Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas*: capital. Rio de Janeiro, 2008, pp. 198 e 200.

A morte repentina do juiz Eurico Cruz. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1928, p. 6.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro*. Do Leme à Gávea: V e VI Regiões Administrativas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 48.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1909/000032.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, abril de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 32. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2321/000067.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, maio de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 25. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2323/000043.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Joaquim Ferreira Chaves, abril de 1922*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 24. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1913/000032.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, junho de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 34. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1914/000048.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*: 1924 – 1949. Fls. 1, 21 e 34. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Faleceu o Dr. Eurico Cruz. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1928, p. 2.

O falecimento do Dr. Eurico Cruz: alguns traços da vida do ilustre magistrado. *A Noite*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1928, pág. 2.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.



Arte sobre fotografia do jornal  
“Correio da Manhã”,  
Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1928, p. 5





## Euzébio, Rua Senador

Denominação anterior: Travessa Umbelina  
Bairro: Flamengo  
Legislação: Decreto nº 8.453, de 28/01/1946

“Seus esforços, na condição de ministro da Justiça, para a aprovação, na Assembleia Geral Legislativa, do projeto que estabelecia medidas para a repressão ao tráfico de escravos no Brasil, resultaram na Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, que viria a ser conhecida como ‘Lei Eusébio de Queiroz’.”

**Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara** nasceu no dia 27 de dezembro de 1812, em São Paulo de Luanda, Angola, filho de Eusébio de Queiroz Coutinho da Silva e Catarina Matoso de Queiroz.

Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Olinda, iniciando a sua carreira na magistratura como juiz do crime do bairro de Sacramento e juiz de fora, na Corte. Em 19 de março de 1833, foi nomeado juiz de direito, vindo a ocupar o cargo de chefe de polícia da Corte. Ascendeu a desembargador da Relação da Corte em 8 de fevereiro de 1842.

Desenvolveu sólida carreira parlamentar, como deputado à Assembleia Geral Legislativa eleito pela Província do Rio de Janeiro, exercendo o cargo nos seguintes períodos: de 1º de janeiro de 1843 a 24 de maio do ano seguinte, de 3 de maio a 5 de outubro de 1848, de 1º

de janeiro de 1850 a 4 de setembro de 1852, e de 3 de maio de 1853 a 16 de maio do ano subsequente. Foi também senador, pela mesma província, de 22 de maio de 1854 a 7 de maio de 1868.

Foi conselheiro de Estado, cavaleiro da Ordem de Cristo, e comendador da Ordem da Rosa e da Ordem de Medsidie (Turquia). Ocupou ainda o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça. No exercício desta função pública, envidou esforços para que fosse votado, na Assembleia Geral Legislativa, o projeto que estabelecia medidas para a repressão ao tráfico de escravos no Brasil, resultando na Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como “Lei Eusébio de Queiroz”.

Faleceu em 7 de maio de 1868.



Arte sobre imagem retirada da obra “SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*

#### Fontes Consultadas

*A abolição no parlamento: 65 anos de luta, (1823-1888) / Apresentação do presidente José Sarney. – 2ª ed. – Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012, 2 v., p. 142.*

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1844.* Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 81. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1844/00000037.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas de Botafogo: IV Região Administrativa.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987, pp. 60-61.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo.* Rio de Janeiro: Empresa Typ. – Dois de Dezembro – De Paula Brito – Impressor da Casa Imperial, 1855, p. A-A-SN. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1846/000042.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império.* Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 112 e 113.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Senado Federal. Portal Senadores. *Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara.* Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1616&li=13&lcab=1867-1868&lf=13](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1616&li=13&lcab=1867-1868&lf=13)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

SILVA, Paulo Roberto Paranhos da. *Rio de Janeiro – 240 anos de justiça: regedores e presidentes.* Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990, pp. 53 e 54.

VAINFAS, Ronaldo (Organizador). *Dicionário do Brasil Imperial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 245 e 246.



# Fernandes Pinheiro, Rua Desembargador

Bairro: Barra da Tijuca

Legislação: Decreto nº 425, de 07/06/1976

**Luiz Antônio Fernandes Pinheiro** nasceu na Província do Rio de Janeiro, em 1835, filho de João Antônio Fernandes Pinheiro.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1858, ingressando na magistratura no dia 8 de janeiro de 1860, quando foi nomeado juiz municipal e de órfãos para os termos de Itaboraí e Santo Antônio de Sá, na Província do Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi removido para o termo de Cantagalo, situado na mesma província, e no período 1866-1867, atuou como juiz de direito da comarca de São Borja, no Rio Grande do Sul.

Em 22 de agosto de 1868, foi nomeado, por Carta imperial, presidente da Província do Espírito Santo, onde esteve em exercício de 1º de setembro do referido ano a 8 de junho de 1869. Neste mesmo ano, como juiz de direito da comarca da capital da Província de Pernambuco, foi designado para o cargo de chefe de polícia, do qual foi dispensado, a pedido, em 20 de abril de 1871.

Ainda em 1871, já na Província do Rio de Janeiro, atuou como juiz de direito na comarca de São João do Príncipe, assumindo, no ano seguinte, a chefatura de polícia da comarca de Iguaçu, onde também exerceu o cargo de juiz de direito.

A partir de 1875, passou a exercer a judicatura na comarca de Campos, lá permanecendo até ser nomeado, em 4 de dezembro de 1886, desembargador da Relação da Corte, com exercício no cargo a partir do dia 14 do mesmo mês e ano.

Em 26 de novembro de 1890, por ato do Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado para integrar a Corte de Apelação do Distrito Federal. Sua investidura, no referido cargo, ocorreu em 9 de março de 1891. Eleito por seus pares, exerceu por mais de uma vez a vice-presidência deste tribunal.

Em 1905, foi alçado ao cargo de presidente da referida corte, vindo a falecer em 20 de outubro deste ano, no exercício de sua função.

## Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, p.109.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=VcNE-FX4gLL>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima terceira legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. Rio de Janeiro: Typographia do “Correio Mercantil”, 1867, p. A-C-6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1859/000167.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Joaquim Octavio Hebias*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870, p. A-8. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1862/000036.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, na terceira sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Francisco de Paulo de Negreiros Sayão Lobato*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, p. 12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1863/000012.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, na quarta sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p. A-74. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1864/000094.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1873, p. A-104. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1866/000139.html>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, na segunda sessão da décima sexta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Rio de Janeiro: Instituto Typographic do Direito, 1877, p. A-209. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1869/000155.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, na primeira sessão da vigésima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. A-A-11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1879/000169.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

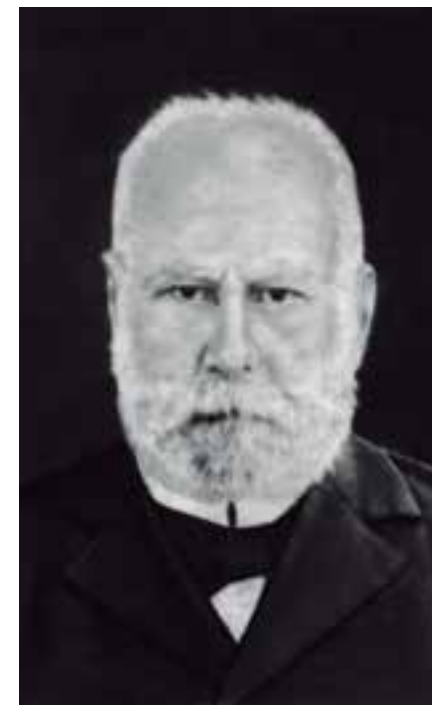
BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, na terceira sessão da vigésima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Antônio Ferreira Vianna*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p. A-A1-A11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1881/000263.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Exposição apresentada ao chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em janeiro de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 54. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1897/000057.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 72.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, na 1ª sessão da 14ª legislatura, pelo presidente, o Doutor Ignacio Francisco Silveira da Motta*. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco Rodrigues de Miranda e Cia., 1860, Mapa SN e p.6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/790/000079.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Paulo Roberto Paranhos da. *Rio de Janeiro – 240 anos de justiça*: regedores e presidentes. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990, p. 65.

SOARES, Emmanuel de Macedo Soares. *Contribuição à História da Magistratura Fluminense (1835-1889)*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 214.



# Frederico Sussekind, Rua Desembargador

Bairro: São Cristóvão

Legislação: Decreto “E” nº 6.833, de 23/01/1974

**Frederico Sussekind** nasceu em 11 de agosto de 1890, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Carlos Fêdor Sussekind e Maria Hasselmann Sussekind.

Em 29 de dezembro de 1911, tornou-se bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

Iniciou a vida profissional no Distrito Federal, servindo como suplente de pretor criminal, e exercendo, interinamente, de 1917 a 1920, o cargo de adjunto de promotor. Em 1922, por portaria de 4 de fevereiro, foi nomeado subpretor da 6ª Pretoria Criminal.

Ainda na Justiça do Distrito Federal, veio a ser nomeado, em 26 de fevereiro de 1924, juiz da 8ª Pretoria Cível, permanecendo no cargo até ser transferido, dois anos depois, para a 6ª Pretoria Cível. Promovido a juiz de direito da 4ª Vara Criminal em 11 de maio de 1931, assumiu o cargo no dia 15 deste mesmo mês. Em 1933, foi transferido para a 6ª Vara Cível, onde ficou até 1937, atuando também, neste mesmo período, como juiz da 4ª Zona Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

Por decreto de 23 de dezembro de 1937, foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, tomando posse e entrando em exercício no dia 29 do mesmo mês e ano. Posteriormente, ocupou o cargo de corregedor da Justiça do Distrito Federal, sendo eleito sucessivamente para os biênios 1943-1944 e 1945-1946.

Nomeado juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, foi empossado no dia 16 de agosto de 1951, em substituição ao desembargador Augusto Sabóia da Silva Lima.

No ano de 1956, com a morte do corregedor da Justiça do Distrito Federal, que servia no biênio 1955-1956, desembargador Mem de Vasconcelos Reis, Sussekind foi eleito para completar o período, assumindo o cargo em 18 de maio.

Faleceu em junho de 1969.



### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas*: capital. Rio de Janeiro, 2008, pp. 59 e 199.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Joaquim Ferreira Chaves, abril de 1922*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, p. 43. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1913/000051.html>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, junho de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, pp. 31-32. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1914/000046.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Augusto de Vianna do Castello, em 1928*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 32. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1915/000037.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 23 de dezembro de 1937. Diário Oficial, de 28 de dezembro de 1937, p. 25652.

Desembargador Frederico Sussekind (agradecimento). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 de julho de 1969, 1º Caderno, p. 6.

Desembargador Frederico Sussekind (missa de 7º dia). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de junho de 1969, 1º Caderno, p. 18.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Termos de posse de corregedores*: 1938-1973. Fl. 7. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*: 1924 – 1949. Fls. 02, 62, 63, 67, 72, 76, 82, 86, 90, 93, 97 e 101. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de assentamentos funcionais*: 1926-1946. Ficha nº 15. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Tribunal Superior Eleitoral. *Ministro Frederico Sussekind*. Disponível em: <[http://akira.tse.jus.br:8991/F/?func=direct&doc\\_number=000000026&local\\_base=MINISTROS](http://akira.tse.jus.br:8991/F/?func=direct&doc_number=000000026&local_base=MINISTROS)>. Acesso em: 11 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça



# Geraldo Irineo Joffily, Rua

Bairro: Recreio dos Bandeirantes

Legislação: Decreto nº 6.080, de 28/08/1986 e Decreto nº 8.481, de 29/05/1989

**Geraldo Irineo<sup>1</sup> Joffily** nasceu no dia 6 de julho de 1917, em João Pessoa, Estado da Paraíba, filho de Irineo Joffily e Sara Barreto Joffily.

Em 1934, bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 16 de janeiro de 1947, que determinou sua nomeação para o cargo de 3º juiz substituto, até ser promovido, por antiguidade, a juiz de direito, em 4 de agosto de 1951.

Com a mudança da Capital da República para Brasília e a organização da Justiça do Distrito Federal pela Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, surgiu a oportunidade de Geraldo Irineo Joffily solicitar a transferência para o referido Judiciário, o que implicou a nomeação para o cargo de juiz de direito em 11 de maio de 1960. Ainda nesse ano, ocupou o cargo de juiz eleitoral, sendo responsável pelos preparativos da primeira eleição presidencial realizada em Brasília.

1 Existem documentos em que aparece a grafia “Irineu” e, em outros, “Irineo”.

Implantado o regime militar no País, foi colocado em disponibilidade por decreto de 8 de outubro de 1964.

Com a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como a “Lei da Anistia”, surgiu a possibilidade de reintegração à magistratura do Distrito Federal, o que ocorreu em 23 de junho de 1980. Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal mediante promoção, por antiguidade, em 24 de março do ano seguinte.

Em maio de 1984, presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

São de sua autoria as seguintes obras: *Atividades de um juiz; Um cronista do sertão no século passado; L’Inscription Phénicienne de Parayba, Un Document Apocryphe; O juiz na Revolta da Chibata; Brasília e sua ideologia.*

Aposentou-se no cargo de desembargador em 25 de julho de 1984, vindo a falecer no dia 26 de setembro do ano seguinte.



Acervo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)

#### Fontes Consultadas

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. *Concede anistia e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 16 de janeiro de 1947. Diário Oficial da União, 17 de janeiro de 1947, Seção I, p. 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2188719/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-01-1947/pdfView>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Centro de Memória Digital (CMD) – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Biografias. *Desembargador Geraldo Irineo Joffly*. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital/biografias/26GeraldoJoffly.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fls. 132, 135 e 139. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 73.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.



## Gomes Freire, Avenida

Bairro: Centro

Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917; Decreto nº 6.874, de 14/12/1940; Decreto nº 10.048, de 05/12/1949; e Decreto nº 27.707, de 19/03/2007

“Gomes Freire de Andrada, o conde de Bobadela, foi o primeiro governador da Relação do Rio de Janeiro, instalada em 1752, composta por dez desembargadores e sob a presidência do governador da Capitania.”

**Gomes Freire de Andrada** nasceu em Alentejo, Portugal, no ano de 1688, filho de Bernardino Freire de Andrada e Joana Vicência de Menezes. Estudou no Colégio de Artes, em Coimbra.

Por carta patente de 8 de maio de 1733, foi nomeado para governar a Capitania do Rio de Janeiro. Posteriormente, administrou também as capitanias de Minas Gerais e São Paulo.

Tornou-se o primeiro governador da Relação do Rio de Janeiro, instalada em 15 de julho de 1752, composta por dez desembargadores e sob a presidência do governador da Capitania, nos termos do regimento daquele tribunal.

Em sua longa administração, que durou quase 30 anos, foi edificada a Casa dos Governadores, atual Paço Imperial, foram concluídos os arcos do aqueduto da Carioca e construído o chafariz do Largo do Paço.

Preocupou-se também com a vida cultural carioca, incentivando a criação de associações de letrados, como as Academias dos Felizes e dos Seletos. Permitiu ainda o funcionamento da primeira tipografia no Brasil, pertencente a Antônio Isidoro da Fonseca, mas logo fechada por determinação da Coroa.

Em 1758, foi agraciado com o título de conde de Bobadela, vindo a falecer em 1º de janeiro de 1763, no Rio de Janeiro.



“Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela”, José Washt Rodrigues – Museu Histórico Nacional, extraída da obra “História do Brasil, vol. I. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1976, p. 196

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas*: capital. Rio de Janeiro, 2008, pp. 62-65.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed.. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 212.

GUEDES, Roberto (org.). *Dinâmica imperial no antigo regime português*: escravidão, governos, poderes, legados: séc. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ano biográfico brasileiro*. Primeiro volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lytographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, pp. 135-138.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). [Tribunal de Justiça. Museu]. *Museu da Justiça*: cadernos de exposições. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2009, pp. 6-7.

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *Rio de Janeiro – 240 anos de Justiça*: regedores e presidentes. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990, pp. 31-32.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, pp. 264-265.



# Homero Soares Pinho, Rua Desembargador

Bairro: Campo Grande

Legislação: Decreto nº 5.184, de 01/07/1985

**Homero Brasiliense Soares de Pinho** nasceu no dia 26 de junho de 1898, em Parati, Estado do Rio de Janeiro, filho de Antônio Soares de Pinho Júnior e Maria José de Gouveia Pinho.

No antigo Estado do Rio de Janeiro, foi deputado na Assembleia Legislativa, em 1922 e 1929, prefeito de Niterói, de setembro de 1923 a junho de 1924, promotor e curador de órfãos na comarca de Niterói, em 1927.

Ingressou na magistratura do Distrito Federal, em 1933, no cargo de pretor, tendo atuado na 8ª Pretoria Criminal e na 1ª Pretoria Cível. Em 5 de março de 1940, foi promovido a juiz de direito.

Por decreto de 20 de abril de 1951, ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, mediante promoção, por antiguidade, tomando posse no dia 26 do mesmo mês e ano. Em 1958, foi eleito presidente do referido tribunal para o biênio 1959-1960. Com a mudança da Capital da República para Brasília e a criação do Estado da Guanabara, presidiu o Tribunal de Justiça da nova unidade federativa até 2 de janeiro de 1961.

Presidiu também o Tribunal Regional Eleitoral no biênio 1959-1960, lecionou Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Niterói, e se dedicou ao jornalismo, como colaborador dos jornais *A Notícia* e *Última Hora*.

Faleceu em 25 de março de 1975, no Rio de Janeiro.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, pp. 134-135.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Registro de Posse de Desembargadores*: 1891 – 1974. Fls. 103v e 104. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Empossada a nova administração da Justiça do Distrito Federal. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1959, Matutina, Geral, p. 9.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

Tribunal de Justiça do DF com novos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1959, 1º Caderno, p. 7.



## Izidro, Rua Desembargador

Denominações anteriores: Travessa Andaraí Grande e Rua da Fábrica das Chitas  
Bairro: Tijuca

Legislação: Ato de 03/06/1871 e Decreto nº 1.165, de 31/10/1917





**Izidro Borges Monteiro** nasceu em janeiro de 1825, filho de Izidro Borges Monteiro e Maria Faustina Alves de Oliveira.

Ingressou na carreira da magistratura como juiz municipal, assumindo a titularidade da 1ª Vara da Corte, de 1851 a 1857, ano em que, já como juiz de direito, foi nomeado e investido no cargo de chefe de polícia da Corte. Tempos depois, foi designado para a comarca de Bananal, na Província de São Paulo, mas acabou não permanecendo na função, ficando muitos anos como juiz avulso.

No dia 19 de fevereiro de 1866, aposentado com honras de desembargador, encerrou sua trajetória na magistratura.

Participou da vida parlamentar, representando, como deputado, a Província do Rio de Janeiro na Assembleia Geral Legislativa, de 11 de maio de 1869 a 22 de maio de 1872, de 21 de dezembro de 1872 a 10 de outubro de 1875, e de 1º de fevereiro de 1877 a 14 de outubro de 1877.

Foi agraciado com os títulos de cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo, em 1854, e de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, em 1874.

Tornou-se comendador da Real Ordem Militar Portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e fidalgo da Casa Real de Portugal, em 1869.

Faleceu no dia 15 de maio de 1890, na cidade do Rio de Janeiro.

## Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas*: capital. Rio de Janeiro, 2008, pp. 112 e 155.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857, p. A-C-24. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1848/000071.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. A-B-26. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1849/000103.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, barão de Muritiba*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859, p. 95. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1850/000095.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da décima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, João Lustosa da Cunha Paranaguá*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, p. S3-6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1851/000051.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima primeira legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, p. A2-SN. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1853/000052.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça que se devia apresentar à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima primeira legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863, p. A4-5. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1854/000059.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima segunda legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Zacaria de Góes e Vasconcellos*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864, p. S8-5. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1856/000101.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima segunda legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Francisco José Furtado*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865, p. A-C17. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1857/000172.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da décima segunda legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866, p. A-B1-8. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1858/000165.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Repartição dos Negócios da Justiça. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Empresa da Associação Typographica Nacional do Diário, 1856, p. A-B-23. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1847/000074.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 294.

OLIVEIRA, Lili Rose Cruz; AGUIAR, Nelson. *Tijuca, de rua em rua*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004, pp. 167-168.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2015.





# João Claudino de Oliveira e Cruz, Rua Desembargador

Bairro: Barra da Tijuca

Legislação: Decreto nº 5.214, de 11/07/1985

**João Claudino de Oliveira e Cruz** nasceu em 13 de junho de 1917, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Manoel C. de Oliveira e Cruz e Olesia U. de Oliveira e Cruz.

Exerceu os cargos de assistente de seleção do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), de 1941 a 1943, e de inspetor de ensino do Ministério da Educação e Cultura, de 1943 a 1951.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal, mediante concurso de provas e títulos, no cargo de 13º juiz substituto, por ato de 12 de outubro de 1951, entrando em exercício no dia 12 do mesmo mês e ano e atuando na 2ª Vara de Fazenda Pública.

Por decreto de 17 de junho de 1959, foi promovido, por merecimento, ao cargo de juiz de direito da 20ª Vara Criminal do Distrito Federal, tomando posse no dia 24 do mesmo mês e ano.

Em 1968, foi promovido a juiz do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara, onde assumiu a vice-presidência em 4 de janeiro de 1971. Atuou durante vários anos como juiz substituto de desembargador no Tribunal de Justiça da referida unidade federativa.

Faleceu no dia 29 de agosto de 1974.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, pp. 272 e 281.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 73.

JUNQUEIRA, Eduardo da Cunha. *Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro: três décadas de história*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Alçada Cível: CEDES, 1994, p. 96.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Assentamento funcional do magistrado João Claudino de Oliveira e Cruz*. Cópia digital. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



## **José Linhares, Rua**

**Denominação anterior: Rua Acaraí**  
**Bairro: Leblon**  
**Legislação: Decreto nº 8.449, de 26/01/1946**

**“Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares assumiu a presidência da República no dia 30 de outubro de 1945, em virtude da deposição de Getúlio Dornelles Vargas.”**

**José Linhares** nasceu em 28 de janeiro de 1886, em Baturité, Província do Ceará, filho de Francisco Alves Linhares e Josefa Caracas Linhares.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal em 29 de janeiro de 1913, ao ser nomeado juiz da 2ª Pretoria Criminal. Promovido a juiz de direito da 5ª vara Criminal, por decreto de 9 de julho de 1928, foi empossado no cargo no dia 12 do mesmo mês e ano.

Ascendeu ao cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal por decreto de 30 de março de 1931, entrando em exercício no dia 2 de abril do referido ano.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal por decreto de 16 de

dezembro de 1937, tornou-se vice-presidente desta corte em 11 de novembro de 1940, e presidente no dia 26 de maio de 1945. Em seguida, assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral.

Em 29 de outubro de 1945, o presidente da República Getúlio Dornelles Vargas foi deposto. No dia seguinte, José Linhares assumiu a Presidência, na condição de chefe do Poder Judiciário. Permaneceu no cargo até janeiro de 1946, quando foi empossado o presidente eleito Eurico Gaspar Dutra.

De volta ao Supremo Tribunal Federal, foi novamente eleito, em 2 de fevereiro de 1946, presidente da corte, para o triênio 1946-1949. Reeleito mais duas vezes, permaneceu no cargo até 29 de janeiro de 1956, quando se aposentou.

Faleceu no dia 26 de janeiro de 1957, em Caxambu, Minas Gerais.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas


DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fls. 62, 66 e 70. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de compromisso de juízes de direito, pretores e suplentes de pretores: 1925 – 1941*. Fls. 26-27. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *José Linhares*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=147>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

Tribunal Superior Eleitoral. *Ministro José Linhares*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/o-tse/ministro-jose-linhares>>. Acesso em: 14 mar. 2015.



## **José Pellini, Rua Desembargador**

**Bairro: Campo Grande**  
**Legislação: Decreto nº 4.118, de 15/06/1983**

**José Pellini** nasceu no dia 30 de maio de 1905, em Resende, Estado do Rio de Janeiro, filho de Xisto Pellini e Maria Joanna Ferraiolo Pellini.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1930, vindo a ser secretário do prefeito de Petrópolis, Yedo Fiúza.

Ingressou na Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro mediante nomeação para o cargo de pretor da comarca de Entre Rios, atual Três Rios, em 30 de janeiro de 1930. Promovido a juiz de direito em 1945, atuou nas comarcas de Barra do Piraí, São Fidélis, Nova Iguaçu e Niterói.

Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro em 15 de maio de 1963. Tornou-se corregedor-geral da Justiça no ano de 1967, e presidente da corte em 1969.

Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro no pleito de 1970, e a Associação de Magistrados Fluminenses (AMF), de 1968 a 1971.

Faleceu em outubro de 1982.





Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2007, pp. 197-198.

ABREU, Antônio Izaias da Costa. *O Judiciário Fluminense e suas comarcas*: interior. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 2009, pp. 79, 153, 405, 432, 558 e 658.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AMAERJ). Disponível em: <<http://www.amaerj.org.br/institucional/historico>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Desembargador José Pellini (missa de 7º dia). *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1982, Matutina, Rio, p. 14.

Judiciário tem novo presidente. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1968, 1º Caderno, p. 8.

Nomeações de adjuntos de promotor e pretores, no Estado do Rio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1939, p. 2.

OLIVEIRA, Priscila Musquim Alcântara de. *O candidato civil do PCB: a trajetória política do engenheiro Yêddo Fiúza (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2012/04/Priscila-Musquim-Alcantara.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.


RIO DE JANEIRO (Estado). [Tribunal de Justiça]. *Catálogo de desembargadores da justiça do Estado do Rio de Janeiro: 1751-1991*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça. Serviço de Artes Gráficas, 1991, s/pagin.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RJ saberá resultado em 2 dias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1970, 1º Caderno, p. 3.

TRE vai encerrar campanha com apelo para que todos votem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1970, 1º Caderno, p. 3.



## Josino, Rua Conselheiro

Denominação anterior: Travessa Nascimento Silva  
Bairro: Centro  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

**Josino do Nascimento Silva** nasceu em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, no dia 31 de julho de 1811, filho de Manoel do Nascimento Silva.

Bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Academia de São Paulo, em 1834.

Na Corte, exerceu o cargo de promotor público, de 7 de março de 1835 a 13 de janeiro do ano seguinte, prestando juramento para exercer o cargo de juiz de paz do 2º distrito da Candelária em janeiro de 1837. Foi ainda procurador junto ao Juízo dos Feitos da Fazenda, a partir de 1845.

Ocupou também, a partir de 1850, o cargo de oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, da qual se tornou diretor-geral em 1860, e foi nomeado diretor da Instrução Pública da Província do Rio de Janeiro em 1874.

Destacou-se ainda na carreira política. Foi deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em quatro legislaturas (4ª, 5ª, 6ª e 20ª), e da Assembleia Geral Legislativa, pela Província do Rio de Janeiro, de 1844 a 1847. Presidiu as províncias de São Paulo, de 4 de janeiro de 1853 a 26 de junho de 1854, e do Rio de Janeiro, em 1872.

Foi conselheiro de Estado, comendador da Ordem de Cristo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do qual foi um dos fundadores e secretário da primeira diretoria, presidente do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro e advogado do Banco do Brasil.

O jornalismo foi outra atividade em que se destacou, sendo um dos fundadores do periódico *Chronista*, em 1836, redator do *Diário do Rio de Janeiro*, e colaborador do *Jornal do Commercio* e do *Correio Mercantil*.

É de sua autoria a obra *Código do processo criminal de primeira instância do Império do Brasil*.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1886.

## Fontes Consultadas

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1844*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 174. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pasta=ano%20184&pesq=josino do nascimento silva](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pasta=ano%20184&pesq=josino%20nascimento%20silva)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 83. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&pasta=ano%20184&pesq=josino%20do%20nascimento%20silva>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850, organizado e dirigido por Eduardo Laemmert. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1850, p. 80. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394b&PagFis=4068&Pesq=josino%20do%20nascimento%20silva>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1860. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1860, p. 114. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394b&PagFis=4068&Pesq=josino%20do%20nascimento%20silva>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Câmara Municipal da Corte, 10ª sessão em 20 de março de 1835, presidência do Sr. Francisco Gomes de Campos. *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1835, p. 315. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=3023&Pesq=Josino%20do%20Nascimento%20Silva>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Câmara Municipal da Corte, 4ª sessão em 16 de janeiro de 1837, presidência do Sr. João Martins Lourenço Viana. *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1837, p. 144. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749443&pesq=Josino%20do%20Nascimento%20Silva>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Expediente do dia 11 de janeiro. *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1836, p. 62. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749443&pesq=Josino%20do%20Nascimento%20Silva>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

EGAS, Eugenio. *Galeria dos presidentes de S. Paulo* – período monárquico: 1822-1889. São Paulo: Publicação Oficial do Estado de São Paulo, v. 1, 1926, p. 225.

FAGUNDES, Laura. *Instituto dos Advogados Brasileiros: 150 anos de história, 1843-1993*. Rio de Janeiro: IAB/Destaque, 1995, p. 9.

Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). *A primeira administração do Instituto da Ordem dos Advogados (1843)*. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/inst-da-ordem-dos-advogados.pdf>>. Acesso em: 11 de nov. 2014.

*Memorial paulistano para o ano de 1865*. São Paulo, Typ. Imparcial, de J. R. de A. Marques, 1862, pp. 120-121.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Relação dos deputados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, nas legislaturas de 1836 a 1917, de acordo com a Lei nº 1.394, de 22 de outubro de 1917*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218740&pasta=ano%20183&pesq=Josino%20do%20Nascimento%20Silva>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, na primeira sessão da décima nona legislatura, pelo presidente, Conselheiro Josino do Nascimento Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1872, p. T-3. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/803/000003.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.



EGAS, Eugenio. *Galeria dos presidentes de S. Paulo* – período monárquico: 1822-1889



# Lafayette Andrada, Rua Ministro

Bairro: Barra da Tijuca

Legislação: Decreto “E” nº 7.723, de 21/01/1975 e Decreto nº 471, 12/07/1976

**Antônio Carlos Lafayette de Andrada** nasceu no dia 23 de março de 1900, em Barbacena, Estado de Minas Gerais, filho de José Bonifácio de Andrada e Silva e Corina Lafayette de Andrada.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1923.

Nomeado para o cargo de curador especial de acidentes no trabalho do Ministério Público do Distrito Federal, entrou em exercício no dia 18 de janeiro de 1925.

Ingressou na magistratura do Distrito Federal mediante nomeação, em 9 de maio de 1934, para o cargo de juiz de direito da 7ª Vara Criminal, com exercício e posse no dia 16 do mesmo mês e ano. Em 27 de dezembro de 1938, foi transferido, a pedido, para a 2ª Vara de Órfãos e Ausentes.

Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal por decreto de 17 de junho de 1943, mediante promoção por antiguidade.

Por decreto de 1º de novembro de 1945, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, tomando posse no dia 8 do mesmo mês e ano. Em 1946, foi escolhido juiz substituto do Tribunal Superior Eleitoral, sendo reconduzido em caráter efetivo. Ocupou, nesta corte, os cargos de vice-presidente (1946-1947) e de presidente (1947-1950).

Em 23 de janeiro de 1957, foi eleito vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, sendo reeleito em 21 de janeiro de 1959. Presidiu esta corte, de 29 de janeiro de 1962 a 10 de dezembro de 1963.

Aposentado por decreto de 3 de fevereiro de 1969, foi homenageado por seus pares e representantes da comunidade jurídica, em sessão do Supremo Tribunal Federal.

Faleceu em 9 de dezembro de 1974, na cidade do Rio de Janeiro.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 123.


DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fls. 11, 23, 36, 50, 65, 69, 86, 90, 93, 97, 101, 107, 114, 117, 121 e 123. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de assentamentos funcionais: 1926 – 1946*. Ficha nº 21. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Antônio Carlos Lafayette de Andrada*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=148>>. Acesso em: 15 mar. 2015.



## Lavradio, Rua do

**Bairro: Centro**  
**Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917**

**Luís D’Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo Silva e Mascarenhas**, 2º marquês do Lavradio e 5º conde de Avintes, nasceu no dia 27 de junho de 1729 em Lisboa, Portugal, filho de Antônio de Almeida, 1º marquês do Lavradio e 4º conde de Avintes, e Francisca das Chagas Mascarenhas, irmã do duque de Aveiro.

Em 1761, tornou-se coronel-comandante do regimento de Cascais, até ser promovido ao posto de brigadeiro de infantaria. Foi nomeado, em 26 de agosto de 1767, governador e capitão-general da Capitania da Bahia, tomando posse no dia 19 de abril de 1768.

No ano de 1769, foi designado vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Como vice-rei, competia-lhe presidir o tribunal recursal denominado Relação do Rio de Janeiro.

Durante a sua administração, foi criada a Academia Científica, dedicada aos estudos de história natural e ciências físicas.

Passou o cargo de vice-rei em 5 de abril de 1779 ao seu sucessor, Luís de Vasconcelos e Souza, vindo a falecer em 2 de maio de 1790.



Caggiani, João Maria, fl. 1842-1852; Santos, Pedro António José dos, 1796-1852, ed. com. *Coleção retratos de homens ilustres... em Portugal no século XIX*

#### Fontes Consultadas

ALMEIDA, José de. *Vice Reinado de D. Luiz D'Almeida* Portugal. Coleção Brasiliana – Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, vol. 214. Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/vice-reinado-de-d-luis-dalmeida-portugal-2-marques-do-lavradio>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Arquivo Nacional. Fundo Marquês do Lavradio: inventário/Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/media/lavradio.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

MELLO, J. A. Teixeira de. *Efemérides nacionais*. Tomo II. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1881, p. 227.

RIO DE JANEIRO (Estado). [Tribunal de Justiça - Museu]. *Museu da Justiça*: cadernos de exposições. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2009, pp. 6-7.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *Mediação entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da casa de Lavradio*. In: Revista Brasileira de História, vol. 24, n. 48. São Paulo: 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200013&script=sci\\_arttext#nt01](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200013&script=sci_arttext#nt01) Acesso em: 4 dez. 2014.

VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000, pp. 379-380.



## Lucena, Rua Barão de

**Bairro: Botafogo**  
**Legislação: Decreto nº 3.459, de 27/02/1931**

**Henrique Pereira de Lucena**, o barão de Lucena, nasceu no dia 27 de maio de 1835, em Limoeiro, Província de Pernambuco, filho de Henrique Pereira de Lucena e Ana Barbosa da Silva.

Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1858.

Ingressou na magistratura em 4 de dezembro de 1861, mediante nomeação para o cargo de juiz municipal do termo de Goiana, em sua província natal, para o qual foi reconduzido em 1866. Nomeado juiz de direito da comarca de Teixeira, na Província da Paraíba, por decreto de 8 de maio de 1869, atuou, anos mais tarde, nas comarcas de Palmares e Jaboatão, na Província de Pernambuco, e na Vara Cível de São Luís do Maranhão.

Ainda no período imperial, dedicou-se à administração pública como presidente das províncias de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, e à atividade parlamentar, como deputado à Assembleia Geral Legislativa, eleito pela Província de Pernambuco, no período de 3 de maio de 1886 a 17 de junho de 1889.

Com o advento da República, foi nomeado para os seguintes cargos públicos, ao longo de 1890: titular da Vara dos Feitos da Fazenda Nacional da Capital Federal, em 13 de janeiro; governador do Estado de Pernambuco, em 21 de julho; e ministro do Supremo Tribunal Federal, em 12 de novembro. No ano seguinte, ocupou sucessivamente as pastas ministeriais da Agricultura, Justiça e Fazenda.

Faleceu em 10 de dezembro de 1913, na cidade do Rio de Janeiro.





Acervo do Supremo Tribunal Federal

#### Fontes Consultadas

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas de Botafogo*: IV Região Administrativa. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987, p. 13.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima primeira legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862, p. A3-1. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1853/000053.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima terceira legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. Rio de Janeiro: Typographia do “Correio Mercantil”, 1867, p. A-C2-2. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1859/000177.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1873, p. A-111. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1866/000146.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 244.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena)*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&cid=213>>. Acesso em: 22 mar. 2015.



## Luís de Vasconcelos, Avenida

Denominações anteriores: Boqueirão do Passeio e Rua Luís de Vasconcelos

Bairro: Centro

Legislação: Decretos nº 1.165 de 31/10/1917, nº 6.064 e 6.095 de 16/11/1937



**Luís de Vasconcelos e Sousa** nasceu em 1º de novembro de 1742, filho de José de Vasconcelos e Sousa, 1º marquês de Castelo Melhor, e Maria Rosa Quitéria de Noronha.

Bacharelou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra. Foi desembargador do Paço, da Relação do Porto e da Casa da Suplicação, conselheiro de Estado, vereador do Senado e da Câmara de Lisboa.

Nomeado vice-rei do Estado do Brasil, tomou posse em 5 de abril de 1779. Promoveu melhoramentos urbanos na cidade do Rio de Janeiro, mandando aterrar a lagoa do Boqueirão, com o desmonte do morro das Mangueiras, e construindo o Passeio Público no local. Empreendeu também a reforma do Largo do Carmo, atual Praça XV de Novembro.

Incentivando a cultura letrada, apoiou a pesquisa botânica de frei Mariano Veloso, que culminou na obra *Flora fluminensis*. Em sua administração, foi criada a Casa dos Pássaros, que daria origem ao Museu Nacional.

O fim de seu governo foi marcado pela Inconfidência Mineira, reprimida com rigor. Governou até 9 de junho de 1790 e, pelos serviços prestados, foi agraciado com o título de 4º conde de Figueiró.

Faleceu em 24 de abril de 1809.

## Fontes Consultadas

*História do Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1976, p. 199.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Ano biográfico brasileiro*. Terceiro volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, pp. 119-122.

MAYA, Raymundo Ottoni de Castro; FERREZ, Gilberto; MOUILLLOT, Marcel. *Muito leal e heróica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: quatro séculos de expansão e evolução / iniciativa de Raymundo de Castro Maya em comemoração do IV Centenário da Fundação da Cidade ; textos e organização de Gilberto Ferrez; executado em Paris sob a direção de Marcel Mouillot*. Paris: Editado por R. de Castro Maya, C. Guinle de Paula Machado, F. Machado Portella, 1965, pp. 22-23.

MELLO, J. A. Teixeira de. *Efemérides nacionais*. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881, pp. 203-204.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Retrato de D. Luís. Disponível em: <<http://www.museuhistoriconacional.com.br/images/galeria26/mh-g26a002.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 352-353.



“D. Luís de Vasconcelos, Leandro Joaquim – Museu Histórico Nacional”, extraída da obra “História do Brasil, vol. I. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1976, p. 199





## Macedo Soares, Rua Conselheiro

Bairro: Lagoa

Legislação: Decreto nº 8.464, de 29/01/1946

**Antônio Joaquim de Macedo Soares** nasceu no dia 14 de janeiro de 1838, em Maricá, Província do Rio de Janeiro, filho de Joaquim Mariano de Azevedo Soares e Maria de Macedo Soares.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1861.

Ingressou na magistratura em 6 de dezembro de 1862, quando foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Saquarema e Araruama. Ascendeu ao cargo de juiz de direito em 1874, sendo designado para a comarca de Campo Largo, na Província do Paraná, onde permaneceu até ser removido para a comarca de Mar de Espanha, na Província de Minas Gerais. Em 1882, passou a exercer a judicatura na comarca de Cabo Frio, e, em 1886, na 2ª Vara Comercial da Corte.

No período republicano, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal no dia 26 de novembro de 1890, tornando-se ministro do Supremo Tribunal Federal em 25 de janeiro de 1892.

Concomitantemente à sua exitosa carreira na magistratura, tornou-se importante e respeitado escritor. Entre suas obras, podem ser destacadas as seguintes: *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*; *Genealogia das principais e mais antigas famílias da corte e província do Rio de Janeiro: nobiliarquia fluminense*; *Campanha jurídica pela libertação dos escravos, 1867 a 1878*; *Da liberdade religiosa no Brasil: estudo de direito constitucional*; e *Questões de direito e praxe criminal, civil, comercial, orfanológico e administrativo*.

Teve atuação parlamentar como deputado provincial do Rio de Janeiro. Colaborou no *Correio Paulistano*, na *Revista Popular*, e no *Correio Mercantil*.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1905.

## Fontes Consultadas

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: do Leme à Gávea: V e VI Regiões Administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, pp. 32-33.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao excelentíssimo presidente da Província do Rio de Janeiro, o Sr. Dr. Polycarpo Lopes de Leão, pelo Sr. Desembargador Luiz Alves Leite de Oliveira Bello*. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil, 1862, p. 2. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u839/000006.html>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da décima quinta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Dr. Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875, p. A-50. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1868/000141.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima sexta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico, 1877, p. A-199. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1870/000201.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria dos Negócios da Justiça. *Exposição apresentada ao chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em janeiro de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 54. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1897/000057.html>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Antônio Joaquim de Macedo Soares*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&cid=154>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 16 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça



## Maranguape, Rua Visconde de

Denominação anterior: Rua das Mangueiras  
Bairro: Centro  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

**Caetano Maria Lopes Gama**, o visconde de Maranguape, nasceu em 5 de agosto de 1795, em Recife, Pernambuco, filho de João Lopes Cardoso Machado e Ana do Nascimento Gama.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 25 de junho de 1819.

Em Alagoas, iniciou a trajetória na magistratura, ocupando o cargo de juiz de fora na vila de Penedo, em 4 de abril de 1821, e, no ano seguinte, o de ouvidor da comarca. Ascendeu, em 1828, a desembargador da Relação de Pernambuco. Em 1829, tornou-se desembargador da Relação da Bahia, com exercício na Relação da Corte. Nomeado juiz conservador da Nação Britânica em 1833, foi dispensado de comparecer à Relação da Corte por aviso de 4 de outubro de 1834, situação que perdurou até 25 de agosto de 1837, voltando então a exercer a judicatura neste tribunal.

Dedicou-se também à vida parlamentar, como deputado à Assembleia Constituinte de 1823. Eleito deputado à Assembleia Geral Legislativa pela Província de Pernambuco, exerceu o mandato de 8 de maio de 1826 a 3 de setembro de 1829, e, depois, pela Província de Goiás, à mesma instituição, atuou de 3 de maio de 1830 a 6 de outubro de 1833. Foi ainda senador, pela Província do Rio de Janeiro, de 4 de maio de 1839 a 21 de junho de 1864.

Presidiu as províncias de Goiás, de 14 de setembro de 1824 a 23 de outubro de 1827, do Rio Grande do Sul, de 17 de novembro de 1829 a 7 de janeiro de 1831, e de Alagoas, de 9 de dezembro de 1844 a 15 de julho de 1845.

Ocupou o cargo de ministro das seguintes pastas: Estrangeiros, de 1º de setembro de 1839 a 22 de maio de 1840, e, de 4 de maio de 1857 a 11 de dezembro de 1858; Império, de 18 de maio a 21 de julho de 1840; e Justiça, de 17 a 21 de maio de 1847, e de 30 de maio de 1847 a 1º de junho de 1862.

Faleceu em 21 de junho de 1864.



## Fontes Consultadas

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 82. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1845/00000087.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1845, p. 86. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1846/00000091.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1847*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, p. 91. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000095.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Expediente do dia 25 de agosto de 1837*. Correio Oficial, vol. 2º, nº 66, p. 262, 20 de setembro de 1837. Localizado em: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749443&pasta=ano%20183&pesq=caetano%20maria%20lopes%20gama>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Typographia Universal, 1882, pp. 239-243. Localizado na Biblioteca do Senado Federal. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed.. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, pp. 228-229.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864, Tomo XXVIII, parte segunda, pp. 413-416. Localizado em: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/ihgb.php?s=19>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

MELLO, J. A. Teixeira de. *Efemérides nacionais*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881, Tomo I, pp. 282, 340, 352, 404; Tomo II, pp 19.

MORAIS, Francisco de. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra: 1772-1882*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1940 – Volume LXII, p. 226.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 200-201.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2015.



“SISSON, S. A. (Ed.).  
*Galeria dos brasileiros ilustres*



## Melo Matos, Avenida

Denominação anterior: Avenida Onze de Novembro

Bairro: Tijuca

Legislação: Decreto nº 2.478, de 11/11/1926

“Empenhando-se por dar à questão dos menores amparo legal, elaborou o projeto que se tornou o Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, constituindo-se no primeiro Código de Menores brasileiro. Este diploma legal passou a ser conhecido como *Código Mello Mattos*.”

**José Cândido de Albuquerque Mello Mattos** nasceu no dia 19 de março de 1864, em Salvador, Província da Bahia, filho do desembargador Carlos Esperidião de Mello Mattos e Christalia Maria de Albuquerque Mello Mattos.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 30 de novembro de 1887. Atuou como promotor público na comarca de Queluz, Minas Gerais, em 1888, e no Distrito Federal, de 1889 a 1894. Deixando a Promotoria, passou à advocacia criminal, no exercício da qual participou ativamente dos órgãos de classe, vindo a integrar a diretoria do Instituto dos Advogados. Nomeado pelo presidente da República Prudente de Moraes, ocupou o cargo de diretor-geral da Assistência Judiciária.

Dedicou-se ao magistério, lecionando na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e no Colégio Pedro II, onde assumiu a direção. Esteve também à frente do Instituto Benjamin Constant.

Na década de 1920, contribuiu ativamente para o grande avanço da questão dos menores desamparados no Brasil, o que culminou com a aprovação, em 20 de dezembro de 1923, do *Regulamento de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes* e na criação do Juízo de Menores do Distrito Federal, do qual veio a ser nomeado, por decreto presidencial de 30 de janeiro de 1924, o primeiro titular. Empossando-se no cargo em 4 de fevereiro, tornou-se o primeiro juiz de menores do Brasil.

Empenhado em dar à questão dos menores amparo legal, elaborou o projeto que se tornou o Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, constituindo-se no primeiro Código de Menores brasileiro. Este diploma legal, conhecido como “Código Mello Mattos”, vigorou, com algumas alterações, até o advento do Código de 1979.

No início da década de 1930, foi eleito vice-presidente da Associação Internacional de Juizes de Menores, com sede em Bruxelas, Bélgica.

Faleceu em 3 de janeiro de 1934, na cidade do Rio de Janeiro.

### Fontes Consultadas

BRASIL. Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923. *Aprova o Regulamento da Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1923.

BRASIL. Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926. *Institui o Código de Menores*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1926.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. *Consolida as leis de assistência e proteção a menores*. Coleção de Leis do Brasil, de 31 de dezembro de 1927, v. 2.

BRASIL. Lei nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921. *Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921*. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1921.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, junho de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 26. Localizado em: [Center For Research Libraries – Global Resources Network](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2324/000042.html). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2324/000042.html>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Augusto de Vianna do Castello, em 1928*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 31. Localizado em: [Center For Research Libraries – Global Resources Network](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1915/000036.html). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1915/000036.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

CAVALLIERI, Alyrio. *José Cândido de Albuquerque Mello Mattos*. In: Revista In Verbis, nov./1996. Grandes Vultos da Magistratura.

GUSMÃO, Alberto Augusto Cavalcanti de. *Vida e obra de Mello Mattos*. Rio de Janeiro, s. ed. [S.l.: s.n.], 1964.

OLIVEIRA, Lili Rose Cruz; AGUIAR, Nelson. *Tijuca, de rua em rua*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004, p. 191.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

SIQUEIRA, Libórni. *Mello Mattos – o juiz de menores: da situação irregular à proteção integral (do Código Mello Mattos ao Estatuto da Criança e do Adolescente)*. In Revista da EMERJ, v. 10. Edição Especial, 2007.



Acervo do TJERJ



# Mosqueira, Travessa do

**Bairro: Centro**  
**Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917**

**José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira** nasceu na cidade de Mariana, em Minas Gerais, filho do capitão Antônio de Oliveira Pinto e de Paula Felícia Rosa de Souza Botelho.

Integrou, a partir de 25 de abril de 1808, a recém-instalada Mesa do Desembargo do Paço, Consciência e Ordens. Mas, com a criação da Casa da Suplicação do Brasil, foi nomeado por D. João procurador dos Feitos da Coroa e Fazenda. Mais tarde, assumiu o cargo de chanceler, tendo exercido, por muitos anos, nesta condição, as funções de regedor.

Na fase do Primeiro Reinado, exerceu funções no Conselho de Estado criado por D. Pedro I.

Homem de reconhecida cultura, recebeu, no decorrer de sua vida pública, várias condecorações e foi agraciado com os títulos de fidalgo da Casa Real, por alvará de 2 de outubro de 1808, e de comendador honorário da Ordem da Torre e Espada, em 17 de dezembro de 1813.

Faleceu em 1822.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed.. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 238.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). [Tribunal de Justiça. Museu]. *Museu da Justiça: cadernos de exposições*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2009, p. 8.

SILVA, Paulo Roberto Paranhos da. *A Casa da Suplicação do Brasil: a modernidade na justiça brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: s. ed., 1993.

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *Rio de Janeiro – 240 anos de Justiça: regedores e presidentes*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990, p. 40.



## Muritiba, Rua Marquês de Bairro: Cocotá Legislação: Decreto nº 5.766, de 23/07/1936

**Manuel Vieira Tosta**, o barão, visconde e marquês de Muritiba, nasceu em 12 de julho de 1807, em Cachoeira, Bahia.

Foi juiz de direito na comarca de Cachoeira na Província da Bahia, ascendeu ao cargo de desembargador da Relação da Corte no dia 1º de fevereiro de 1843, tomando posse em 28 de março, e, por decreto de 19 de abril de 1858, foi aposentado com as honras de ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Ocupou o cargo de ministro das seguintes pastas: Marinha, de 23 de julho de 1849 a 10 de maio de 1852; Guerra, de 31 de agosto de 1849 a 10 de maio de 1852; Justiça, de 21 de março a 9 de agosto de 1859, e de 9 de junho a 28 de setembro de 1870; e da Guerra novamente, de 16 de julho de 1868 a 28 de setembro de 1870.

Dedicou-se também à vida parlamentar, como deputado da Assembleia Geral Legislativa, nos períodos de 3 de maio de 1838 a 21 de novembro de 1841, de 3 de maio a 5 de outubro de 1848, e de 1º de janeiro a 11 de setembro de 1850. Foi ainda senador, de 6 de maio de 1851 a 15 de novembro de 1889.

Presidiu as seguintes províncias: Sergipe, de 17 de fevereiro a 4 de julho de 1844; Pernambuco, de 25 de dezembro de 1848 a 1º de julho de 1849; e São Pedro do Rio Grande do Sul, de 17 de setembro de 1855 a 27 de abril de 1856.

Faleceu no dia 22 de fevereiro de 1896.



“SISSON, S. A. (Ed.). *Galeria dos brasileiros ilustres*

#### Fontes Consultadas

BRASIL. Repartição dos Negócios da Justiça. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Empresa Typ. – Dois de Dezembro – de Paula Brito, Impressor da Casa Imperial, 1855, p. A-A-SN. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1846/000042.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. A-B-38. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1849/000115.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 424 e 425.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

Senado Federal. Portal Senadores. *Manuel Vieira Tosta*. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2101&cli=8&lcab=1850-1852&lf=8](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2101&cli=8&lcab=1850-1852&lf=8)>. Acesso em: 18 mar. 2015.



# Oscar Tenório, Rua Desembargador

Bairro: Recreio dos Bandeirantes  
Legislação: Decreto nº 1.978, de 22/01/1979

“Professor, jornalista, jurista e magistrado, Oscar Tenório presidiu o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, o Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara, a Associação dos Magistrados Brasileiros, e a União Internacional dos Magistrados.”

**Oscar Accioly Tenório** nasceu em 6 de setembro de 1904, em Viçosa, Alagoas, filho de Manoel Joaquim Tenório e Olindina Accioly Tenório.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1927. No ano seguinte, tornou-se promotor público na comarca de Prata, e, em 1929, juiz municipal na comarca de Mirai, ambas no Estado de Minas Gerais.

Ingressou na magistratura do Distrito Federal por decreto de 28 de janeiro de 1935, que o nomeou 3º suplente do substituto do Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, onde permaneceu até ser nomeado, em 26 de janeiro de 1938, para o cargo de pretor, com posse no dia 31 do mesmo mês e ano e designação para a 5ª Pretoria Criminal. Em 5 de março de 1940, foi nomeado juiz de direito, com posse no dia seguinte e exercício na 12ª Vara Cível. Em 1946, passou a atuar na Vara de Registros Públicos.

Por decreto de 8 de abril de 1952, foi promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Em virtude da transferência da Capital da República para Brasília e da criação do Estado da Guanabara, passou a integrar o tribunal da nova unidade federativa, onde foi eleito presidente, em 27 de dezembro de 1960, tomando posse em 2 de janeiro de 1961.

Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara nos biênios 1963-1964 e 1965-1966, a Associação dos Magistrados Brasileiros, de 1963 a 1965, e a União Internacional dos Magistrados, em 1971.

Destacou-se também no magistério, como professor catedrático de Direito Internacional Público e de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, da qual também foi diretor, vindo ainda a ser alçado ao cargo de reitor desta instituição.

Dedicou-se também ao jornalismo, tendo trabalhado nos periódicos *A Manhã*, *Folha Carioca*, *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*, do Rio de Janeiro, e *Lavoura e Comércio*, de Uberaba (MG).

São de sua autoria as seguintes obras: *Direito Internacional Privado*, *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro*; e *Tratado de Direito Penal* (primeiro volume, Da aplicação da lei penal).

Aposentou-se em 18 de março de 1974, vindo a falecer em 11 de janeiro de 1979.





Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense*: período republicano. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, pp. 147-148.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB). Disponível em: <[http://www.amb.com.br/index\\_.asp?secao=galeria#](http://www.amb.com.br/index_.asp?secao=galeria#)>. Acesso em: 1 mar. 2015.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 8 de abril de 1952. Diário Oficial da União, de 8 de abril de 1952, Seção I, p. 1.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 28 de janeiro de 1935. Diário Oficial, de 2 de fevereiro de 1935, p. 2458.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*: 1924 – 1949. Fls. 102, 108, 114v, 118, 122, 123v, 126, 127v, 130, 132, 134v e 137v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Reeleito para presidente do TRE da Guanabara o desembargador Oscar Tenório. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1964, 1º Caderno, p. 9.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



# Paraná, Rua Marquês de

Bairro: Flamengo  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917



**Honório Hermeto Carneiro Leão**, visconde e marquês do Paraná, nasceu no dia 11 de janeiro de 1801, em Jacuí, Minas Gerais, filho de Nicolau Neto Carneiro Leão e Joana Silveira Augusta de Lemos.

Cursou Direito na Universidade de Coimbra, formando-se em 18 de junho de 1825.

Iniciou sua trajetória profissional na magistratura, ocupando os cargos de juiz de fora de São Sebastião, auditor de Marinha e ouvidor do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco, vindo a ter exercício na Relação da Corte.

Dedicou-se também à vida parlamentar, eleito deputado à Assembleia Geral Legislativa, pela Província de Minas Gerais, e exercendo o mandato nos períodos de 3 de maio de 1830 a 6 de outubro de 1833, de 3 de maio de 1834 a 15 de outubro de 1837, e de 3 de maio de 1838 a 21 de novembro de 1841. Também foi senador, pela mesma província, de 2 de janeiro de 1843 a 3 de setembro de 1856.

Ocupou as seguintes pastas ministeriais: Justiça, de 20 de janeiro a 19 de dezembro de 1843, e de 2 de janeiro a 1º de fevereiro de 1844; Império, de 6 de setembro de 1853 a 2 de setembro de 1856; e Fazenda, de 6 de setembro de 1853 a 22 de agosto de 1856.

Presidiu as províncias do Rio de Janeiro, de 1º de dezembro de 1841 a 1º de março de 1843, e de Pernambuco, de 2 de julho de 1849 a 17 de maio de 1850.

Faleceu em 3 de setembro de 1856, no Rio de Janeiro.

## Fontes Consultadas

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano bissexto de 1844*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 83. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1844/00000037.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 82. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1845/00000087.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1845, p. 86. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1846/00000091.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1847*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, p. 91. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000095.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 290.

MACEDO, Joaquim Manoel. *Ano biográfico brasileiro*. Terceiro volume. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, pp. 15 a 25.

MORAIS, Francisco de. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra: 1772-1882*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1940 – Volume LXII, p. 244.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 226-227.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

Senado Federal. Portal Senadores. *Honório Hermeto Carneiro Leão*. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=1744&li=9&lcab=1853-1856&lf=9](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1744&li=9&lcab=1853-1856&lf=9)>. Acesso em: 16 mar 2015.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 342-344.



“SISSON, S. A. (Ed.).  
*Galeria dos brasileiros ilustres*





# Paulo Alonso, Rua Desembargador

**Bairro: Recreio dos Bandeirantes**  
**Legislação: Decreto nº 1.470, de 21/03/1978**

**Paulo Alonso** nasceu na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1912, filho de Ramon Benedito Alonso e Chrysilidia Ferreira Alonso.

Exerceu o cargo de promotor público na comarca de Sapucaia, de 1º de maio de 1934 a 2 de julho de 1936, quando assumiu o de curador do Juízo de Menores de Niterói, para o qual tinha sido nomeado no dia 29 de junho. Ali atuou até 1944.

Ingressou na magistratura do Distrito Federal por decreto de 13 de julho de 1944, quando foi nomeado juiz substituto, tomando posse e entrando em exercício no dia 27 do mesmo mês e ano. Promovido, por merecimento, a juiz de direito da 18ª Vara Criminal, em 9 de julho de 1947, assumiu o cargo cinco dias depois.

Foi transferido, a pedido, para a 14ª Vara Criminal em 31 de outubro de 1947, e para a 5ª Vara de Família, em 12 de janeiro de 1951. Atuou ainda na 3ª Vara de Família, designado em 21 de agosto de 1952, e na 9ª Vara Cível, com posse no dia 24 de fevereiro de 1955.

Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara por decreto de 7 de abril de 1961, mediante promoção, por merecimento, tomando posse e entrando em exercício no dia 27 do mesmo mês e ano. Eleito vice-presidente daquela corte para o biênio 1971-1972, tomou posse em 4 de janeiro de 1971.

Extintos os Tribunais de Justiça dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara pelo Decreto-Lei nº 3, de 15 de março de 1975, e criado o Tribunal de Justiça do novo Estado do Rio de Janeiro pelo mesmo diploma legal, veio a integrar a sua primeira composição.

Faleceu em 5 de março de 1978.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de registro de termos de posse de vice-presidentes: 1930-1973*. Fl. 21 v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 73.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 1, de 15 de março de 1975.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Assentamento funcional do magistrado Paulo Alonso*. Cópia digital. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



## Perez Lima, Rua Desembargador

Bairro: Barra da Tijuca  
Legislação: Decreto nº 1.066, de 13/07/1977

**Sebastião Perez Lima** nasceu na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, em 20 de dezembro de 1908, filho de Isaac Perez Lima e Elodye Perez Lima.

No Estado de Minas Gerais, exerceu os cargos de promotor de Justiça nas comarcas de Bonsucesso, Queluz e Silvestre Ferraz, e de juiz de direito na comarca de Boa Esperança.

Ingressou na magistratura do Distrito Federal por decreto de 17 de janeiro de 1946, quando foi nomeado para o cargo de 3º juiz substituto, tomando posse e entrando em exercício no dia 23 do mesmo mês e ano. Promovido, por antiguidade, a juiz de direito da 18ª Vara Criminal, em 22 de janeiro de 1951, tomou posse dois dias depois. Ainda neste ano, em 17 de maio, foi transferido para a 2ª Vara Cível.

Promovido, por merecimento, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara, pelo Decreto “P” nº 5.177, de 12 de agosto de 1963, assumiu o cargo no dia 22 do mesmo mês e ano.

Em 18 de março de 1964, foi designado para a comissão destinada ao estudo da criação do Tribunal de Alçada do Estado da Guanabara.

Faleceu no dia 28 de julho de 1972.





Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*. 1924 – 1949. Fls. 126v, 128v, 130v, 132 e 134v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Registro de Posse de Desembargadores*: 1926 – 1946. Fl. 131. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 74.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Assentamento funcional do magistrado Sebastião Perez Lima*. Cópia digital. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



# Raimundo Correia, Rua

Bairro: Copacabana  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

**Raimundo da Motta de Azevedo Correia** nasceu em 13 de maio de 1859, no Maranhão.

Ingressou na Justiça do Estado de Minas Gerais por decreto de 2 de dezembro de 1889, que determinou sua nomeação para o cargo de juiz de direito da comarca de Santa Isabel.

No Distrito Federal, entrou para a magistratura em 22 de outubro de 1903, exercendo o cargo de pretor. Nomeado juiz de direito da 2ª Vara Criminal, por decreto de 30 de janeiro de 1907, atuou, posteriormente, na 5ª Vara Criminal, onde permaneceu até ser removido para a 3ª Vara Cível, em 3 de dezembro de 1908.

Poeta de renome, considerado um dos expoentes do Parnasianismo, formou com Olavo Bilac e Alberto de Oliveira a chamada “Tríade Parnasiana”. Seus trabalhos estão nas seguintes obras: *Primeiros sonhos*; *Sinfonias*; *Versos e versões*; *Aleluias*; *Poesias*; *Poesias completas*, 2 vols., organização de Múcio Leão; e *Poesia completa e prosa*, organização de Valdir Ribeiro do Val.

Faleceu em 13 de setembro de 1911.

### Fontes Consultadas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=253&sid=111>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, março de 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 50. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000054.html>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

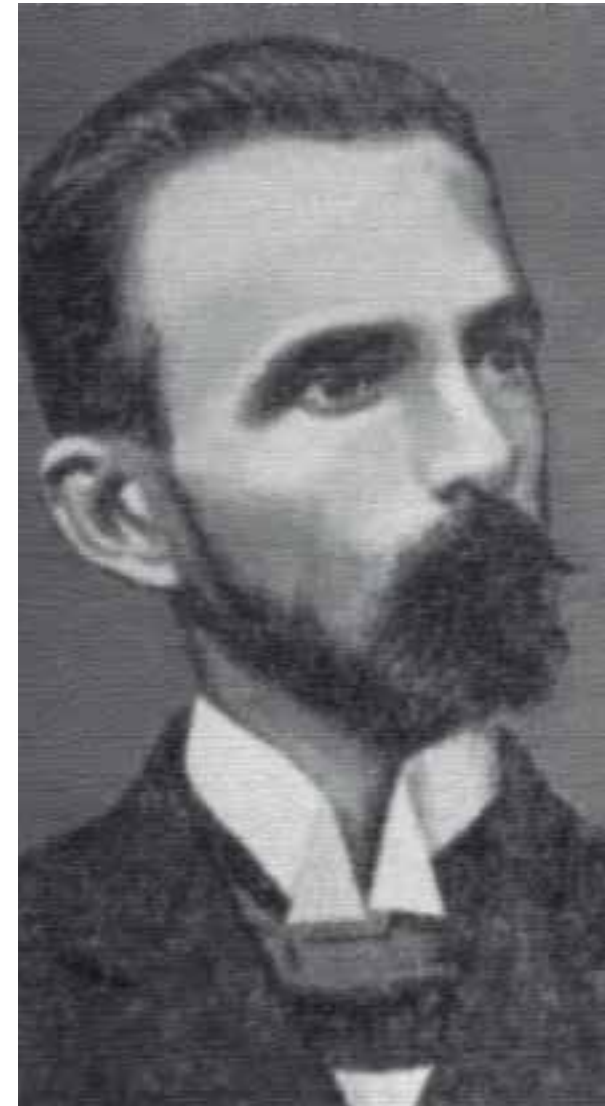
BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, março de 1907, volume 1*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, p. 32. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1903/000042.html>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, março de 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 35. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1905/000069.html>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

MINAS GERAIS (Estado). *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Cesario de Faria Alvim, presidente do Estado de Minas Gerais, em 15 de junho de 1891, pelo Dr. Antonio Augusto de Lima, ex-governador do mesmo Estado*. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, 1892, p. 11. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2400/000013.html>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



Wikimedia Commons



# Renato Tavares, Rua Desembargador

Bairro: Ipanema

Legislação: Decreto nº 6.778, de 04/08/1936



**Renato de Carvalho Tavares** nasceu no dia 7 de março de 1889, na cidade de Petrópolis, Província do Rio de Janeiro.

Foi adjunto de promotor público do Distrito Federal, com posse no dia 27 de abril de 1918.

Por decreto de 21 de junho de 1923, ingressou na magistratura do Distrito Federal, sendo nomeado juiz de direito da 6ª Vara Criminal, com posse no dia 25 do mesmo mês e ano. Algum tempo depois, passou a exercer suas funções na 4ª Vara Criminal, e, em 1928, passou a atuar na 4ª Vara Cível.

Ascendendo ao cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal por decreto de 28 de março 1932, entrou em exercício no dia 1º de abril.

Integrou a primeira composição do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, criado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, e instalado em 20 de maio do mesmo ano. Exerceu ali o cargo de procurador-geral.

Faleceu em 10 de maio de 1936, no Rio de Janeiro.

## Fontes Consultadas

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: do Leme à Gávea: V e VI Regiões Administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, pp. 37-38.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 28 de março de 1932. Diário Oficial, de 31 de março de 1932, p. 5933.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, junho de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920, p. 35. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1912/000102.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, junho de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 41. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1914/000055.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, junho de 1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 26. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2324/000042.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fls. 1, 21v, 34v, 48, 62v, 66v, 72 e 75. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.


RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça





## Resende, Rua do

Bairro: Centro  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

**José Luís de Castro**, 2º conde de Resende, nasceu no dia 19 de agosto de 1744, em Lisboa, filho de Antônio José de Castro e Teresa da Cunha Távora.

Iniciou a sua trajetória profissional na vida militar, em 1758. Nomeado vice-rei e capitão-general de terra e mar do Estado do Brasil, no ano de 1789, tomou posse em junho do ano seguinte.

O seu vice-reinado foi marcado pela centralização político-administrativa, e por modificações na Relação do Rio de Janeiro, que era um tribunal recursal. Durante sua administração, houve o julgamento dos participantes da Inconfidência Mineira e foi proibido o funcionamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro.

A sua gestão se caracterizou também pela preocupação com a melhoria das condições urbanas, sanitárias e de iluminação pública na cidade do Rio de Janeiro. Mandou aterrar o Campo de Santana, reedificou a antiga igreja de São Sebastião, modernizou o cais, cobriu o aqueduto da Carioca, onde as águas corriam a céu aberto, e aumentou em um pavimento o Palácio dos Vice-Reis. Em 17 de dezembro de 1792, foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho.

Permaneceu no cargo de vice-rei até 14 de outubro de 1801, voltando então para Portugal, onde faleceu em 23 de março de 1819.



### Fontes Consultadas

GAYO, Figueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas da Pax, Tomo Décimo Primeiro, 1939, p. 35. Localizado em: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <<http://purl.pt/12151/4/>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

MELLO, J. A. Teixeira de. *Efemérides nacionais*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881, Tomo Primeiro (janeiro-junho), p. 357.

MOREIRA, Helói José Hernandes. *A Escola Politécnica da UFRJ*. Rede Memória – Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://redememoria.bn.br/2012/01/a-escola-politecnica-da-ufrj/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

RIBEIRO, José Silvestre. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, Tomo III, 1873, pp. 382-383. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=UmVDAQAAMAAJ&pg=PP7&dq=%22conde+de+resende%22&hl=ptBR&source=gs\\_selected\\_pages&cad=2#v=onepage&q=%22conde%20de%20resende%22&f=false](https://books.google.com.br/books?id=UmVDAQAAMAAJ&pg=PP7&dq=%22conde+de+resende%22&hl=ptBR&source=gs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q=%22conde%20de%20resende%22&f=false)>. Acesso em: 18 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens - PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *Rio de Janeiro – 240 anos de justiça: regedores e presidentes*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1990, p. 34.

VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 135.

VARGAS, Rui Santos. *Posse da Cadeira D. José Luís de Castro, 13º vice-rei do Brasil e 2º conde de Resende – Elogio ao Patrono*. Lisboa: 16 de junho de 2001. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rcrt=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ahimtb.org.br%2FELIOGIO\\_DO\\_PATRONO\\_D.pdf&ei=-uEKVdSaLcy0sASfvICYDA&usg=AFQjCNF4HLCeA-r5Zxi5uU51k-OKPr62UQ&cbvm=bv.88528373,d.cGU](https://www.google.com.br/url?sa=t&rcrt=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ahimtb.org.br%2FELIOGIO_DO_PATRONO_D.pdf&ei=-uEKVdSaLcy0sASfvICYDA&usg=AFQjCNF4HLCeA-r5Zxi5uU51k-OKPr62UQ&cbvm=bv.88528373,d.cGU)>. Acesso em: 19 mar. 2015.

WEHLING, Arno e Maria José. *Direito e Justiça no Brasil Colonial: O tribunal de Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, pp. 235-240.



“D. José Luís de Castro, 2º Conde de Resende, Museu Histórico Nacional”, extraída da obra “História do Brasil, vol. I. Rio de Janeiro: Bloch Editores S. A., 1976, p. 202



## Ribeiro de Almeida, Rua

Denominação anterior: Rua Passos Manuel  
Bairro: Laranjeiras  
Legislação: Decreto nº 1.437, de 15/07/1920

**Antônio Augusto Ribeiro de Almeida** nasceu no dia 20 de setembro de 1838, em Maricá, Província do Rio de Janeiro, filho de Manuel Ribeiro de Almeida e Ana Ribeiro de Almeida.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 22 de novembro de 1861, iniciando sua vida profissional mediante nomeação para o cargo de promotor público da comarca de Itaboraí, na Província do Rio de Janeiro, em 3 de dezembro do mesmo ano.

Ingressou na magistratura como juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Caravelas, Vila Viçosa e Porto Alegre, na Província da Bahia, em 1865. Ocupou o cargo de juiz de direito nas comarcas de São José e de São Miguel, em Santa Catarina, e de Jequitaiá, em Minas Gerais, no ano de 1869. Foi removido para as comarcas de Cantagalo, em 1871, e de Nova Friburgo, em 1872, ambas na Província do Rio de Janeiro.

Por decreto de 4 de dezembro de 1886, foi nomeado para a 2ª Vara de Órfãos da capital do Império, ascendendo ao cargo de desembargador da Relação da Corte, por decreto de 21 de novembro de 1888.

No período republicano, foi nomeado desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, por decreto de 26 de novembro de 1890, e tornou-se ministro do Supremo Tribunal Federal em 17 de junho de 1896.

Exerceu ainda o cargo de procurador-geral da República, de 1898 a 1901.

Faleceu em 19 de novembro de 1919, no Rio de Janeiro.

### Fontes Consultadas

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: da Glória ao Cosme Velho: IV Região Administrativa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, pp. 55-56.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da décima segunda legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866, p. A-B2-15. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1858/000180.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima quarta legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Martiniano de Alencar*. Rio de Janeiro: Typographia Progresso, 1869, p. A-10. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1861/000149.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Joaquim Octavio Nebias*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870, p. 16. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1862/000016.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Exposição apresentada ao chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, em janeiro de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 54. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1897/000057.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed.. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000. p. 275.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado ao excelentíssimo vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, o senhor doutor José Norberto dos Santos, pelo presidente, o desembargador Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, ao passar-lhe a administração da mesma província, no dia 4 de maio de 1862*. Niterói: Typographia do Moderado, 1862, p. 11. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u838/000010.html>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Antônio Augusto Ribeiro de Almeida*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&tid=125>>. Acesso em: 19 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça



## Roberto Medeiros, Rua Desembargador

Bairro: Barra da Tijuca

Legislação: Decreto nº 298, de 10/02/1976

**Roberto João da Silva Medeiros** nasceu na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, em 17 de agosto de 1911, filho de João da Silva Medeiros Filho e Cora da Luz Medeiros.

Exerceu em Santa Catarina os cargos de fiscal de minas (1928), adjunto de promotor (1929-1930), promotor público (1932-1934), e juiz de direito (1934-1939).

Por decreto de 12 de setembro de 1940, ingressou na magistratura do Distrito Federal, mediante nomeação para o cargo de juiz substituto, tomando posse e entrando em exercício dois dias depois. Promovido, por antiguidade, a juiz de direito da 15ª Vara Criminal, em 17 de janeiro de 1946, assumiu o cargo no dia 23 do mesmo mês. Em 26 de junho de 1950, foi removido para a 4ª Vara de Família.

Mediante promoção, por merecimento, ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, nos termos do decreto de 10 de abril de 1956, sendo empossado seis dias depois.

Em virtude da transferência da Capital da República para Brasília, em 1960, e da criação do Estado da Guanabara, passou a integrar o tribunal da nova unidade federativa.

Aposentou-se, a pedido, em 7 de dezembro de 1973, pelo Decreto “P” nº 4.725, vindo a falecer no dia 1º de agosto de 1974.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de antiguidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*. 1924 – 1949. Fls. 115, 117, 118, 122, 126, 128, 130, 132, 134 e 137. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de compromisso de juizes de direito, pretores e suplentes de pretores*: 1925 – 1941. Fls. 129 e 189v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 74

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. *Assentamento funcional do magistrado Roberto João da Silva Medeiros*. Cópia digital. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



## Sady de Gusmão, Rua Desembargador

Denominação anterior: Travessa Domingos Teodomiro

Bairro: Flamengo

Legislação: Decreto “E” nº 2.855, de 22/05/1969



**Sady Cardoso de Gusmão** nasceu no dia 3 de abril de 1901, filho de Antônio Cardoso de Gusmão e Emília Sampaio de Gusmão.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1924.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 26 de janeiro de 1938, que determinou sua nomeação para o cargo de juiz da 7ª Pretoria Criminal, tomando posse no dia 31 do mesmo mês. Permaneceu lá até 7 de fevereiro de 1940, quando foi transferido, a pedido, para a 8ª Pretoria Cível. Nomeado juiz de direito da 8ª Vara Cível, em 5 de março de 1940, assumiu o cargo no dia seguinte. Em 28 de junho de 1947, foi removido para a 1ª Vara de Órfãos e Sucessões.

Por decreto de 8 de abril de 1952, ascendeu, mediante promoção por antiguidade, ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde viria a ser eleito eleito corregedor da Justiça para o biênio 1959-1960.

Dedicou-se também a outras atividades, como professor na Pontifícia Universidade Católica, diretor do Instituto Benjamin Constant, de 1930 a 1938, e presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (AMADF) no biênio 1959-1960.

Entre suas principais obras, podem ser citadas: *Das contravenções penais*; *Vocação hereditária e descendência*; e *Dos crimes em matéria de falência e seu processo*.

Faleceu em dezembro de 1965.

## Fontes Consultadas

A oração do juiz: uma das mais rutilantes jóias do escrínio jurídico-literário brasileiro – cinco minutos de palestra com o desembargador Sady de Gusmão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1954, 2º Caderno, p. 2.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AMAERJ). Disponível em: <<http://www.amaerj.org.br/institucional/historico>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Decreto de 8 de abril de 1952. Diário Oficial, de 8 de abril de 1952, Seção I, p. 1.

Desembargador Sady Cardoso de Gusmão (missa de 7º dia). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1965, 1º Caderno, p. 16. “Deus e a justiça dos homens”: a palestra proferida pelo juiz Sady de Gusmão ao programa cultural da Universidade Católica. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1950, p. 9.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de Antiquidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal*: 1924 – 1949. Fls. 102, 108, 114v, 118, 122, 123v, 126, 127v, 130, 132, 134v e 137v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de assentamentos funcionais*: 1926 – 1946. Ficha nº 47. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de compromisso de juízes de direito, pretores e suplentes de pretores*: 1925 – 1941. Fls. 108v, 109, 136, 148v e 149. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Termos de posse de corregedores*: 1938 – 1973. Fl. 8v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. Nossa história – diretores. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=453>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça







## São Vicente, Rua Marquês de

Denominações anteriores: Rua Boa Vista, Estrada da Gávea e Rua Visconde de São Vicente

Bairro: Gávea

Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

“Considerado um dos grandes juristas brasileiros do século XIX, desenvolveu importantes estudos sobre a Constituição de 1824 e o Direito Internacional Privado.”

**José Antônio Pimenta Bueno**, visconde e marquês de São Vicente, nasceu no dia 4 de dezembro de 1803, em Santos, São Paulo.

Em sua trajetória na magistratura, foi desembargador da Relação do Maranhão, até ser removido para a Relação da Corte, no dia 12 de março de 1846, com posse em 13 de outubro do mesmo ano. No ano de 1856, foi aposentado a pedido.

Eleito deputado à Assembleia Geral Legislativa, pela Província de São Paulo, exerceu o mandato de 1º de janeiro de 1845 a 18 de setembro de 1847. Foi senador, pela mesma província, de 7 de maio de 1853 a 19 de fevereiro de 1878.

Exerceu a presidência das províncias de Mato Grosso, de 26 de agosto de 1836 a 15 de setembro de 1838, e de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 6 de março a 3 de novembro de 1850.

Ocupou o cargo de ministro das seguintes pastas: Justiça e Estrangeiros, acumuladas, de 29 de janeiro a 7 de março de 1848; Justiça, de 8 de março a 30 de maio de 1848; e Estrangeiros, de 29 de setembro de 1870 a 6 de março de 1871, período em que foi presidente do Conselho de Ministros.

Renomado jurista do Império, publicou diversas obras, destacando-se: *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil*; *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*; *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império*; e *Direito internacional privado e aplicação de seus princípios com referência às leis particulares do Brasil*.

Faleceu em 19 de fevereiro de 1878, no Rio de Janeiro.



“Galeria biográfica dos santistas ilustres”,  
*A Tribuna*, Santos, 26 de janeiro de 1939

#### Fontes Consultadas

BRASIL. Repartição dos Negócios da Justiça. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Empresa da Associação Typographica Nacional do Diário, 1856, p. A-B-21. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1847/000072.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro, 1857*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857, p. 8. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1848/000011.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 309

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império – volume I*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 109-110.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, pp. 421-422.

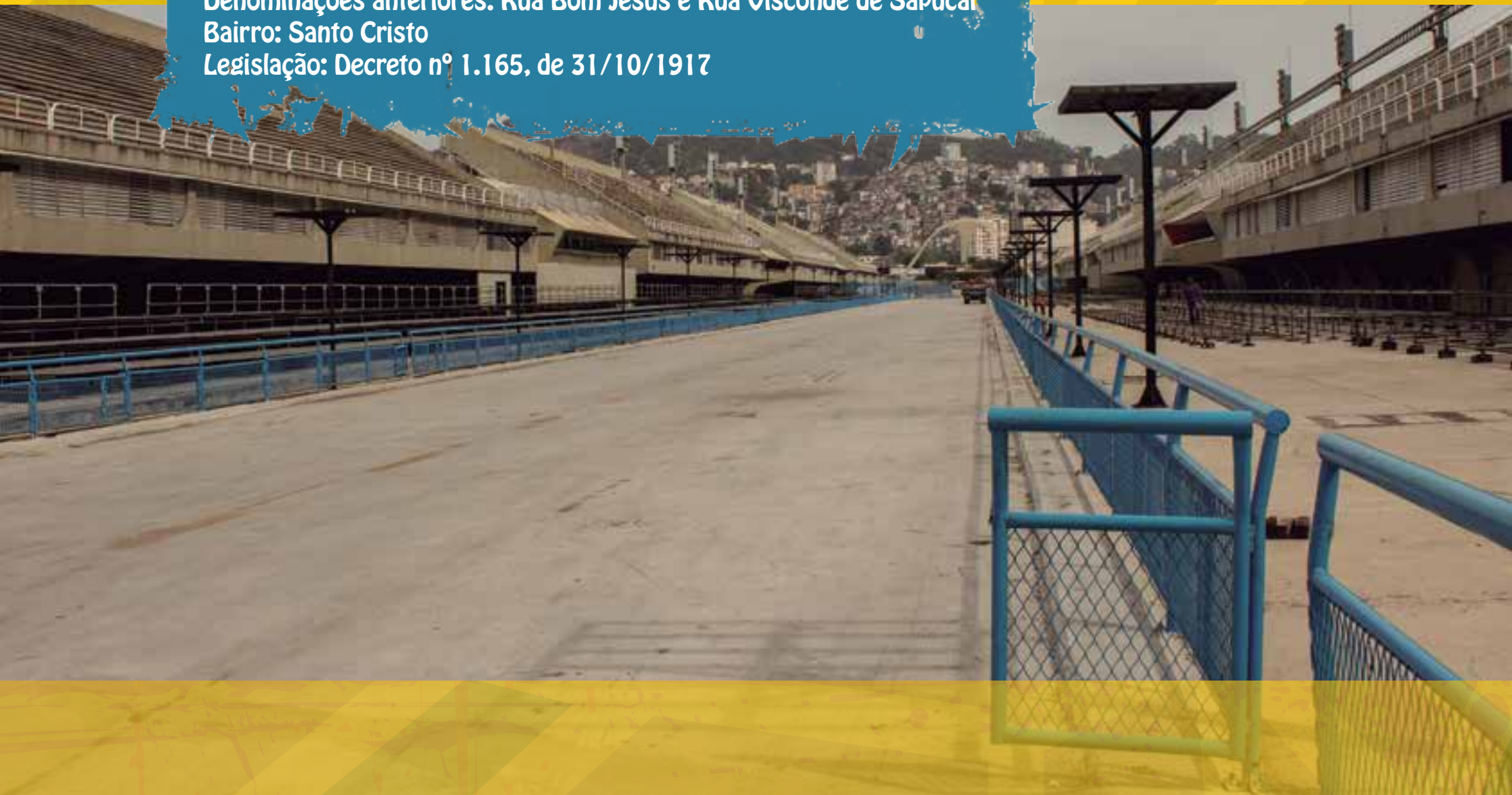


## SAPUCAÍ, Rua Marquês de

Denominações anteriores: Rua Bom Jesus e Rua Visconde de Sapucaí

Bairro: Santo Cristo

Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917



**“A Rua Marquês de Sapucaí é mundialmente conhecida por abrigar a Passarela do Samba. Projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o Sambódromo, como é popularmente conhecido, serve de palco para os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro, atraindo milhares de turistas no carnaval.”**

**Cândido José de Araújo Viana**, visconde e marquês de Sapucaí, nasceu no dia 15 de setembro de 1793, em Congonhas de Sabará, Minas Gerais, filho de Manoel de Araújo Cunha e Mariana Clara da Cunha.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 9 de junho de 1821. No mesmo ano, ingressou na magistratura mediante nomeação para o cargo de juiz de fora da cidade de Mariana. Tornou-se desembargador por decreto de 12 de outubro de 1826, que o nomeou para a Relação de Pernambuco. Em 1832, foi removido para a Relação da Bahia, passando, posteriormente, a ter exercício na Relação da Corte.

Ascendeu ao cargo de ministro do Supremo Tribunal de Justiça por decreto de 25 de outubro de 1849, vindo a se aposentar em 12 de setembro de 1850, a fim de se tornar conselheiro de Estado extraordinário, porquanto era vedada a acumulação destes cargos.

Atuou como parlamentar, sempre eleito por Minas Gerais, tendo sido deputado à Assembleia Constituinte de 1823; deputado à Assembleia Geral Legislativa, de 1826 a 1839; e senador, de 13 de abril de 1840 a 23 de janeiro de 1875. De 4 de janeiro de 1851 a 7 de maio de 1854, presidiu o Senado.

Presidiu as províncias de Alagoas, de 14 de fevereiro a 31 de dezembro de 1828, e do Maranhão, de 14 de janeiro de 1829 a 12 de outubro de 1832.

Ocupou o cargo de ministro das seguintes pastas: Fazenda, de 14 de dezembro de 1832 a 12 de junho de 1834; da Justiça, de 14 de maio de 1833 a 3 de junho do mesmo ano; e do Império, de 23 de março de 1841 a 19 de janeiro de 1843.

Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual foi um dos sócios fundadores, de 1847 a 1875.

Faleceu em 23 de janeiro de 1875, no Rio de Janeiro.

## Fontes Consultadas

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 82. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1845/00000087.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1845, p. 86. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1846/00000091.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1847*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, p. 91. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000095.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

BRASIL. Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Euzebio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, p. 15. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1842/000015.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FIGUEIREDO, Guilherme Araújo de. *A passarela do samba de Oscar Niemeyer: o abrigo e o monumento do carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro*. In: 9º seminário docomomo Brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília: junho de 2011. Disponível em: <[http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/125\\_M04\\_RM-APassarelaDoSamba-ART\\_guilherme\\_figueiredo.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/125_M04_RM-APassarelaDoSamba-ART_guilherme_figueiredo.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2015.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/ihgb27.php>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MORAIS, Francisco de. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra: 1772-1882*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1940 – Volume LXII, p. 232.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 439.

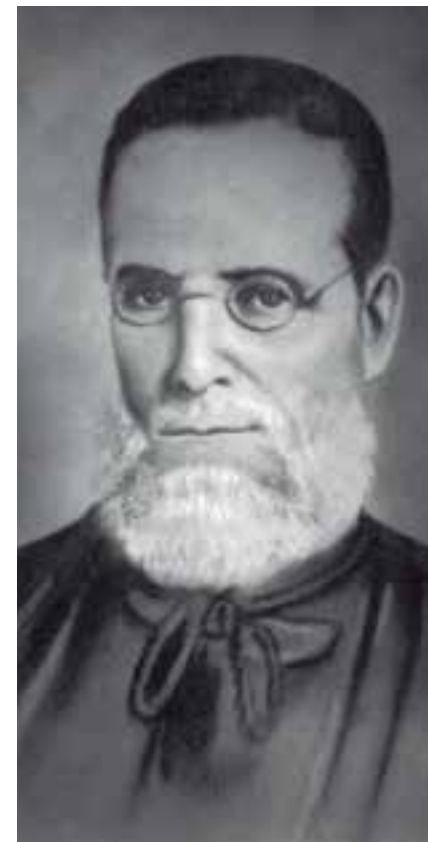
Relação da Corte. *Livro de registro de atas das sessões: 1843-1845*. Fls. 2, 38v e 42. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Relação da Corte. *Livro de registro de atas das sessões: 1845-1847*. Fls 6, 14 e 66. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Supremo Tribunal de Justiça – Império. Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí)*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&cid=282>>. Acesso em: 20 mar. 2015.



“SISSON, S. A. (Ed.).  
*Galeria dos brasileiros ilustres*





## Saul de Gusmão, Rua Desembargador

Bairro: Itanhangá

Legislação: Decreto nº 12.525, de 06/07/1954

**Saul de Gusmão** nasceu no dia 30 de novembro de 1893, em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, filho de João Manoel Carlos de Gusmão e Maria Luiza de Carvalho Gusmão.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal por decreto de 23 de junho de 1926, nomeado juiz da 8ª Pretoria Criminal, entrando em exercício dois dias depois. Em 19 de maio de 1930, foi reconduzido ao cargo, no qual permaneceu até ser transferido, em 31 de julho de 1933, para a 8ª Pretoria Cível. No ano seguinte, em 18 de junho, foi reconduzido novamente, desta feita com o título de vitaliciedade, ao mencionado cargo. Promovido, por merecimento, a juiz de direito da 5ª Vara Criminal, em 8 de julho de 1937, assumiu a função quatro dias depois. Em 26 de janeiro, de 1938, foi transferido, a pedido, para a 1ª Vara Cível, onde permaneceu até ser transferido, novamente a pedido, para o Juízo de Menores, em 15 de março de 1939.

Ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal por decreto de 16 de novembro de 1945, mediante promoção por antiguidade, tomando posse e entrando em exercício no dia 26 do mesmo mês. Veio a ser eleito por seus pares do Tribunal de Justiça, nova denominação dada ao Tribunal de Apelação pela Constituição Federal de 1946, corregedor da Justiça para o biênio 1951-1952.

Dedicou-se também ao jornalismo, trabalhando em *A Notícia* e no *Jornal do Commercio*, além de integrar o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa.

Faleceu em 14 de março de 1951.





Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

Desembargador Saul de Gusmão: o falecimento, ontem, desse ilustre magistrado. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de março de 1951, p. 2.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de Antiquidade dos juizes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fls. 22, 48v, 63, 67, 72v, 77, 82v, 86v, 91, 94, 97v, 101, 107v, 114, 118, 121v, 123v, 125v e 127. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de assentamentos funcionais: 1926 – 1946*. Ficha nº 25. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Termos de posse de corregedores: 1938-1973*. Fl. 5v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Faleceu o corregedor da Justiça: pesar, no Foro, pelo repentino desaparecimento do desembargador Saul de Gusmão. *A Noite*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1951, p. 1.

Homenagem da Associação de Imprensa Paulista ao novo juiz de menores. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1939, p. 4.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001, p. 74.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



## Sepetiba, Rua Visconde de

Denominação anterior: Rua Petrópolis  
Bairro: Santa Cruz  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

**Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho**, o visconde de Sepetiba, nasceu em 21 de julho de 1800, no Rio de Janeiro, filho de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e Francisca Flávia de Proença.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, no dia 3 de junho de 1825.

Retornando ao Brasil, iniciou sua trajetória na magistratura, como juiz de fora de São João del Rei e, depois, como ouvidor de Ouro Preto. Nomeado desembargador em 25 de novembro de 1831, foi removido da Relação de Pernambuco para a da Corte, onde tomou posse e entrou em exercício no dia 28 de janeiro de 1832.

Foi ministro das seguintes pastas: Império, de 23 de maio a 9 de outubro de 1833; da Justiça, de 4 de junho de 1833 a 15 de janeiro de 1835; e dos Estrangeiros, de 21 de fevereiro de 1834 a 15 de janeiro de 1835, e de 24 de julho de 1840 a 19 de janeiro de 1843.

Trabalhou também como parlamentar, eleito deputado da Assembleia Geral Legislativa, pela Província de Minas Gerais, atuando de 3 de maio de 1830 a 6 de outubro de 1833, e eleito pela Província do Rio de Janeiro, cumprindo o mandato de 3 de maio de 1838 a 21 de novembro de 1841. Foi ainda senador, de 22 de janeiro de 1843 a 25 de setembro de 1855.

Presidiu as províncias de São Paulo, de 12 de janeiro a 19 de junho de 1831, e do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1844 a 3 de abril de 1848.

Faleceu no dia 25 de setembro de 1855, em Niterói, Província do Rio de Janeiro.



“SISSON, S. A. (Ed.).  
*Galeria dos brasileiros ilustres*

#### Fontes Consultadas

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 82. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1845/00000087.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1845, p. 86. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1846/00000091.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1847*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, p. 91. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <[http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/al1847/00000095.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000095.html)>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Repartição dos Negócios da Justiça. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da nona legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Empresa Typ. Dois de Dezembro de Paula Brito, impressor da Casa Imperial, 1855, p. A-A-SN. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1846/000042.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

EGAS, Eugenio. *Galeria dos presidentes de S. Paulo – período monárquico: 1822-1889*. São Paulo: Publicação Oficial do Estado de São Paulo, v. 1, 1926, pp. 35-38.

MORAIS, Francisco de. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra: 1772-1882*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1940 – Volume LXII, p. 243.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 150.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2015.



**Sertório, Rua Barão de**  
Denominação anterior: Rua Leonina  
Bairro: Rio Comprido  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917



**João de Sertório**, o barão de Sertório nasceu por volta de 1820, em Santos, na Província de São Paulo. Bacharelou-se pelo Curso Jurídico de São Paulo, em 1841.

Ingressou na magistratura mediante nomeação, em 17 de maio de 1854, para o cargo de 2º suplente de juiz municipal e 3º suplente de juiz de órfãos dos termos reunidos da Capital, Santo Amaro e Parnaíba, na Província de São Paulo. Nomeado juiz de direito da comarca de Bragança em 1859, foi removido para a comarca de Magé, na Província do Rio de Janeiro, em 1864. Ali permaneceu até ser removido para a 1ª Vara do Crime da Corte, em 21 de novembro de 1868.

Em 24 de abril de 1869, foi nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul, vindo a ser exonerado por decreto de 20 de agosto do ano seguinte. Em sua administração, criou as colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, por ato de 24 de maio de 1870, que mais tarde, constituíram, respectivamente, os municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves. Foi também deputado às Assembleias Provinciais do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Designado para ter exercício na 1ª Vara Cível da Corte em 15 de dezembro de 1871, ali permaneceu até ser nomeado, em 18 de outubro de 1873, auditor de guerra na Corte.

Ascendeu ao cargo de desembargador da Relação de Recife em 2 de novembro de 1878, sendo removido para a da Corte em 23 de dezembro de 1882. Neste tribunal, foi nomeado presidente por decreto de 24 de março de 1888, assumindo o cargo no dia 27 do mesmo mês.

Nomeado comendador da Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa em 11 de agosto de 1881, recebeu o foro de fidalgo cavaleiro da Real Casa de Portugal em 21 de março de 1883. No Brasil, foi agraciado com o título do Conselho em 4 de abril de 1888 e, por carta imperial expedida em 11 de julho do mesmo ano, recebeu o título de barão de Sertório, com honras de grandeza.

Faleceu em 19 de outubro de 1889.

## Fontes Consultadas

BRASIL. Ministério e Secretaria dos Negócios da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quinta legislatura, pelo ministro e secretário dos Negócios da Justiça, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1873, p. A-107. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1866/000142.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da décima segunda legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866, p. A-B-4. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1858/000151.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Bento Gonçalves – infográficos: histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430210&search=rio-grande-do-sul|bento-goncalves|infograficos:-historico>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Garibaldi – infográficos: histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430860&search=||infograficos:-historico>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

MUSEU IMPERIAL. *Inventário analítico da coleção Jordão Vilela*. Petrópolis: Arquivo Histórico/MEC – Secretaria de Assuntos Culturais, 1979, pp. 3, 4, 9-12.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Excelentíssimo Sr. Dr. João Sertório, presidente desta província passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870*. Porto Alegre: Typographia do Rio Grandense, 1870, pp. 67-68. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/902/000067.html>> e <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/902/000068.html>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SOARES, Emmanuel de Macedo Soares. *Contribuição à história da magistratura fluminense (1835-1889)*. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 186.





## Silva Castro, Rua

Denominações anteriores: Rua Avaré e Travessa Silva Castro

Bairro: Copacabana

Legislação: Decreto nº 8.674, de 19/10/1946

**Arthur da Silva Castro** iniciou a trajetória profissional no antigo Estado do Rio de Janeiro. Em 1891, foi nomeado promotor público para a comarca de Santa Maria Madalena, e, no ano seguinte, juiz substituto do termo de São Francisco de Paula.

Ingressou na Justiça do Distrito Federal mediante nomeação para o cargo de pretor da 15ª Pretoria, por decreto de 20 de novembro de 1909. Em 24 de janeiro de 1912, foi designado para servir na 7ª Pretoria Cível, atuando em seguida na 2ª Pretoria Criminal e, depois, na 4ª Pretoria Cível.

Por decreto de 29 de julho de 1914, foi nomeado juiz de direito da 6ª Vara Criminal, tomando posse no dia 1º de agosto, e lá permaneceu até ser removido, em 3 de abril de 1915, para a 2ª Vara Criminal. Em 10 de novembro de 1922, foi removido novamente, agora para a 4ª Vara Cível, onde atuou até ser promovido, por antiguidade, a juiz da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes, em 25 de outubro de 1928.

Ascendendo ao cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, entrou em exercício no dia 25 de fevereiro de 1930.

Faleceu em 11 de janeiro de 1951.



## Fontes Consultadas

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: do Leme à Gávea: V e VI Regiões Administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 114.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p. 37. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1906/000081.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 28. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1908/000066.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Rivadavia da Cunha Corrêa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 28. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1909/000034.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, abril de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915, p. 31. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2321/000066.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, maio de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 38. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2323/000056.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, julho de 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p. 34. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1911/000064.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, em junho de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923, p. 34. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1914/000048.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Desaparecimento de um ilustre magistrado: o sepultamento do desembargador Silva Castro. *A Noite*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1951, p. 2.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Listas de Antiguidade dos juízes, membros do Ministério Público e funcionários auxiliares da Justiça local do Distrito Federal: 1924 – 1949*. Fls. 1, 21v, 34v, 48, 62v e 66. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de compromisso de juízes de direito, pretores e suplentes de pretores: 1925 – 1941*. Fl. 34v. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

DISTRITO FEDERAL. Poder Judiciário. *Livro de registro de termos de compromisso dos juízes de direito, pretores e suplentes de pretores*. Fl. 117. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1891, p. 1.

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1892, p. 1.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 21 mar. 2015.



## Silveira Martins, Rua

Denominações anteriores: Rua Bela do Príncipe e Rua Príncipe do Catete

Bairro: Flamengo

Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

**Gaspar Silveira Martins** nasceu em 5 de agosto de 1835, na fazenda Aceguá, em região de fronteira entre Brasil e Uruguai, próxima à atual cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul, filho de Carlos Silveira de Moraes Ramos e Maria Joaquina das Dores Silveira.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, por volta de 1856. Mudando-se para o Rio de Janeiro, passou a trabalhar em escritório de advocacia, até ser nomeado, em 5 de abril de 1859, juiz municipal da 2ª Vara da Corte.

Teve uma longa carreira parlamentar, exercendo, a partir de 1862, sucessivos mandatos como deputado provincial no Rio Grande do Sul, e atuando como deputado eleito pela mesma província na Assembleia Geral Legislativa, de 21 de dezembro de 1872 a 10 de outubro de 1875, e de 15 de dezembro de 1878 a 13 de novembro de 1879. Foi também senador, de 5 de junho de 1880 a 15 de novembro de 1889.

Foi ministro da Fazenda, de 13 de fevereiro de 1878 a 8 de fevereiro de 1879, membro do Conselho de Estado, e presidente da Província do Rio Grande do Sul, de 24 de julho a 15 de novembro de 1889.

Durante os anos em que se intensificou a disputa política entre monarquistas e republicanos, aliou-se aos primeiros, e por isso, proclamada a República, partiu para o exílio na Europa. Anistiado, regressou ao Brasil e, logo entrou em conflito com a conduta dos governantes republicanos.

No Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores do Partido Federalista e forte opositor ao centralismo político de Julio de Castilhos, chefe do Partido Republicano, chegando a propor alterações profundas na Constituição estadual com base em princípios parlamentaristas. O agravamento da crise, neste estado, entre os partidários dessas duas forças antagônicas, desencadeou a Revolução Federalista, iniciada em 1893, assumindo Silveira Martins o papel de líder civil dos maragatos, ou seja, dos federalistas.

Uma conjunção de forças deu a vitória final, em 1895, aos “pica-paus”, como eram chamados os governistas, partidários de Júlio de Castilhos. Silveira Martins enfrenta, então, um novo período de exílio, mas retorna ao Rio Grande do Sul e ainda consegue organizar em Porto Alegre um novo Congresso Liberal, no qual as propostas discutidas não se limitam mais à esfera regional, mas têm como foco a política nacional. Mais tarde, distanciando-se da vida pública, passa a se dedicar à estância que tinha no Uruguai.

Faleceu no dia 23 de julho de 1901, em Montevideú.



Acervo do Museu da Justiça

#### Fontes Consultadas

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça do Brasil apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, barão de Muritiba*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1859, p. 73. Localizado em: *Center for Research Libraries*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1850/000073.html>. Acesso em: 22 mar. 2015.

GÉRSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 265.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 264.

PADOIN, Maria Medianeira e ROSSATO, Monica (org.). *Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=Hzz5iXVfPJ&cdl>. Acesso em: 3 mar. 2015.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>. Acesso em: 22 mar. 2015.



## Sílvio Romero, Rua

Bairro: Santa Teresa

Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

“Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e integrante do movimento intelectual conhecido como *Escola do Recife*.”

**Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero** nasceu no dia 21 de abril de 1851, em Lagarto, Sergipe, filho de André Ramos Romero e Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, iniciando a trajetória profissional como promotor público na comarca de Estância, Província de Sergipe, nomeado por ato de 24 de janeiro de 1874.

Posteriormente, passou a integrar a magistratura do Império, entrando em exercício no cargo de juiz municipal do termo de Paraty, na Província do Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1876, no qual permaneceu até ser exonerado, a pedido, em 23 de julho de 1879.

Professor, magistrado, jornalista, crítico, filósofo, sociólogo, polemista e historiador da literatura brasileira, a sua vasta produção abrange diversos gêneros, onde se destacam crítica e história literárias, poesia, filosofia, estudos sociais e políticos, etnografia e folclore. Foi ainda um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e integrante do movimento intelectual conhecido como “Escola do Recife”.

É autor de *Cantos do fim do século*; *Introdução à história da literatura brasileira*; *Contos populares do Brasil*; *Estudos de literatura contemporânea*; *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*; *Ensaios de sociologia e literatura*; *Evolução do lirismo brasileiro*; e *História da literatura brasileira*, sua obra mais conhecida.

Faleceu em 18 de julho de 1914, no Rio de Janeiro.

### Fontes Consultadas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=154&sid=196>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima sexta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Direito, 1877, p. A-240. Localizado em *Center for Research Libraries*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1870/000236.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima sétima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro de Estado Manoel Pinto de Souza Dantas*. Rio de Janeiro: Thytophographia Nacional, 1880, p.82. Localizado em: *Center for Research Libraries*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1873/000087.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

MENDONÇA, Carlos Süssenkind de. *Silvio Romero: sua formação intelectual: 1851-1880*. Companhia Editora Nacional, 1938. Série 5ª, Brasiliana vol. 114, Biblioteca Pedagógica Brasileira. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/silvio-romero-sua-formacao-intelectual-1851-1880/pagina/7/texto>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

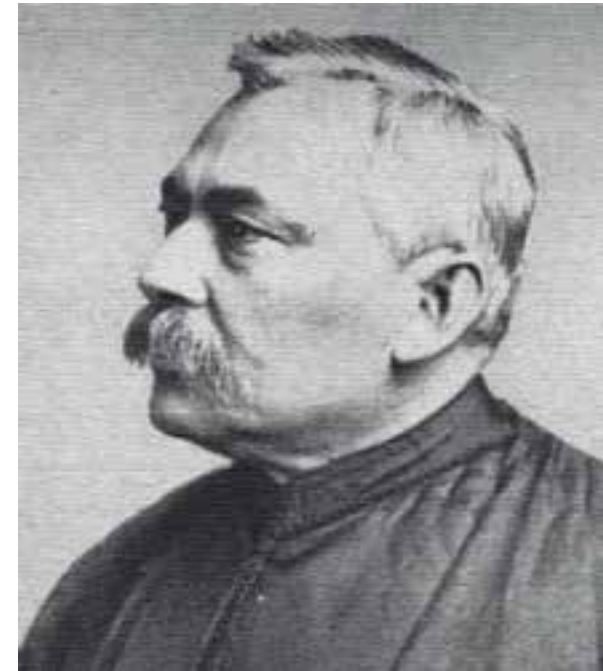
RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça – Museu da Justiça. Exposição “A Magistratura em Prosa e Verso”. Mostra produzida pelo Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 2001. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.


RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SERGIPE. *Relatório com que o exm. snr. dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Assembleia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 2 de março de 1874*. Aracajú: Typ. do “Jornal do Aracajú”, 1874, p. 12. Localizado em *Center for Research Libraries*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1071/000014.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 674-675.



Wikimedia Commons



## Uberaba, Rua Visconde de

**Denominação anterior: Caminho ou Beco do França**  
**Bairro: Lins de Vasconcelos**  
**Legislação: Decreto 6.692, de 28/05/1940**

**José Cesário de Miranda Ribeiro**, o visconde de Uberaba, nasceu em Vila Rica, atual Ouro Preto, no dia 1º de julho de 1792, filho de Teotônio Maurício de Miranda Ribeiro e Antônia Luiza de Faria Lobato.

Bacharelou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, no dia 19 de junho de 1821.

Iniciou a carreira na magistratura ao ser nomeado para o cargo de juiz de fora de São João del Rei, em 1823. Posteriormente, tornou-se desembargador da Relação da Corte. Em 1849, na iminência de se tornar ministro do Supremo Tribunal de Justiça, sendo conselheiro de Estado extraordinário, não pode ocupar aquele cargo, pelo fato de a Lei de 18 de setembro de 1828 vedar a acumulação dos dois ofícios. No entanto, foi aposentado pelo Supremo Tribunal de Justiça com vencimentos de desembargador.

Dedicando-se à vida parlamentar, foi eleito deputado à Assembleia Geral Legislativa, pela Província de Minas Gerais, exercendo o mandato de 8 de maio de 1826 a 3 de setembro de 1829; de 3 de maio de 1830 a 6 de outubro de 1833; de maio a 15 de outubro de 1837; de 3 de maio de 1838 a 21 de novembro de 1841; e de 1º de janeiro a 24 de outubro de 1843. Foi ainda senador, pela Província de São Paulo, de 6 de maio de 1844 a 7 de maio de 1856.

Presidiu as províncias de São Paulo, de 25 de novembro de 1835 a 1º de agosto de 1836, e de Minas Gerais, de 13 de novembro de 1837 a 23 de março de 1838.

Faleceu em 7 de maio de 1856.

### Fontes Consultadas

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1845*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844, p. 82. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1845/00000087.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1846*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1845, p. 86. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1846/00000091.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1847*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, p. 91. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1847/00000095.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Repartição dos Negócios da Justiça. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 1ª sessão da 8ª legislatura em 1850, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Euzebio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara*. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, 1850, p. 36. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1840/000034.html>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

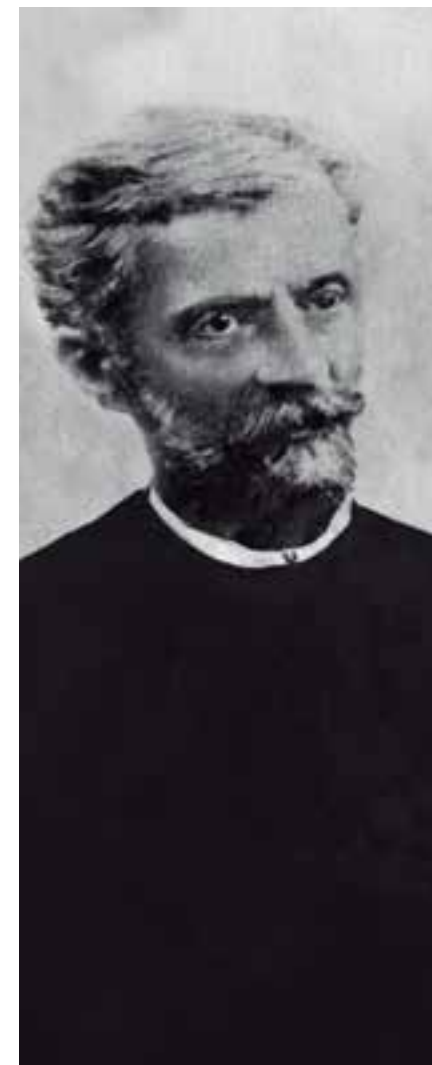
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864, Tomo XXVII, parte primeira, pp. 338-342. Localizado em: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/trihgb.php?s=19>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

MORAIS, Francisco de. *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra: 1772-1882*. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro 1940 – Volume LXII, p. 221.

NOGUEIRA, Octaciano; FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 359-360.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2015.



Acervo do Museu da Justiça



## Viriato, Rua Desembargador

Bairro: Centro  
Legislação: Decreto nº 1.165, de 31/10/1917

**Viriato Bandeira Duarte** nasceu no dia 21 de julho de 1819, no Maranhão. Bacharelou-se pelo Curso Jurídico de Olinda, em 1840.

Iniciou a trajetória na magistratura mediante nomeação para o cargo de juiz municipal da 1ª Vara de São Luís do Maranhão e seu termo, em 25 de maio de 1842. Nomeado juiz de direito da comarca de Cuiabá em 16 de abril de 1849, foi removido, no ano seguinte, para a comarca de Cametá no Pará. Passou, em seguida, a atuar na Província do Maranhão, onde exerceu a judicatura em Itapicuru (1852) e na 1ª Vara do Crime de São Luís (1855). Em 12 de março de 1864, foi nomeado auditor-geral da Marinha.

Foi também parlamentar, representando, como deputado à Assembleia Geral Legislativa, as províncias de Mato Grosso, de 3 de maio de 1853 a 20 de setembro de 1856, e do Maranhão, em três legislaturas, entre os anos de 1857 e 1866.

Ascendeu ao cargo de desembargador da Relação do Maranhão em 24 de julho de 1872. No ano seguinte, foi removido para a Relação de Ouro Preto, tendo alcançado a presidência. Em 31 de janeiro de 1877, foi transferido para a Relação da Corte, com exercício a partir de 25 de março.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 4 de dezembro de 1886, aposentou-se por decreto de 21 de março de 1891.

Faleceu em 3 de dezembro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro.



## Fontes Consultadas

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: I e II* Regiões Administrativas (Centro). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974, p. 48.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da décima segunda legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, José Thomaz Nabuco de Araújo*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lammert, 1866, pp. A-B-1. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1858/000148.html>> Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório do Ministério da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na primeira sessão da décima-terceira legislatura, pelo respectivo ministro e secretário de Estado, Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1867, p A-C-1. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1859/000162.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quarta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Joaquim Octávio Nebias*. Rio de Janeiro, Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1870, p. A-8. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1862/000036.html>> Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima quinta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro, Typographia Americana, 1873, pp. 17 e A-98. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1867/000021.html>> e <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1866/000133.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima quinta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo*. Rio de Janeiro: Typografia Americana, 1874, p. A-46. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1867/000137.html>> Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima sexta legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira*. Rio de Janeiro, Instituto Typographico do Direito, 1877, pp. 26-27. Localizado em: *Center For Research Libraries – Global Resources Network*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1870/000030.html> e <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1870/000031.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

NOGUEIRA, Otaviano e FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, p. 168.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaKardex.asp>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. *Supremo Tribunal de Justiça – Império. Viriato Bandeira Duarte*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=345>>. Acesso em: 10 mar. 2015.



Acervo do Supremo Tribunal Federal

**1ª edição** Janeiro de 2016

**Impressão** Gráfica do TJRJ (Dglog/Segra)

**Papel da capa** Offset 180g

**Papel do miolo** Offset 75g

**Composto em** Adobe Garamond Pro e Hobo Std



